



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**242ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
CNAS**

Ata da ordem do dia 11 a 13 de abril de 2016

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

242ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar.

Data: 11 a 13 de abril de 2016.

1 Aos onze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis teve início a Ducentésima Quadragésima
2 Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a
3 Coordenação do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS o Representante
4 Titular da Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva
5 Ramos. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do
6 CNAS: Léa Lúcia Cecílio Braga– Vice-Presidente do CNAS – SNAS – Representante do
7 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Telma Maranhão Gomes - Representante
8 da Secretaria Nacional de Assistência Social/ MDS; José Ferreira da Cruz – Conselheiro Nacional
9 CNAS/Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS; Fábio Bruni – Conselheiro Nacional
10 CNAS/Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS; Célia Maria de Souza Melo Lima - Fórum
11 Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Thiago Barbosa Ferreira
12 Cabral – Fundação Dorina Nowill para Cegos; Cláudia Laureth Faquinote - União Brasileira de
13 Educação e Ensino; Márcia de Carvalho Rocha – Lar Fabiano de Cristo; Alceu Kuhn -
14 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Anderson Lopes Miranda –
15 Movimento Nacional de População de Rua; Samuel Rodrigues – Fórum Nacional da População de
16 Rua; Maira Leilane Oliveira Almeida – Representante dos Estados/FONSEAS; Mariana Souza
17 Silva – Representante do Ministério da Saúde; Patrícia Alves Vieira - Central dos Trabalhadores e
18 Trabalhadoras do Brasil – CTB; Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim - Colegiado Nacional de
19 Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS; Jucileide Ferreira do Nascimento –
20 Representante do Conselho Federal de Serviço Social; Carmem Lúcia Lopes Fogaça - Organização
21 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos- ONEDEF; Laís Maranhão Santos Mendonça; Denise
22 Mafrá Gonçalves – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação SAGI/MDS; Carlos Nambu;;

23 Naelson da Silva Ferreira; Aldenora Gomes Gonzalez; Eufrásia Agízio; Margareth Alves
24 Dallaruvera – Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais; Leovane Gregório e
25 Maria Das Mercês de Avelino Carvalho – Secretária Executiva do CNAS – Ministério do
26 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **ABERTURA. Convidados:** José Dirceu –
27 Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Assistência Social; Dulcelena Alves Martins –
28 Diretora do Fundo Nacional de Assistência Social. O Presidente Edivaldo cumprimenta a todos e
29 inicia a reunião e solicita que a Vice-Presidente faça a sua saudação antes da instalação oficial da
30 reunião. A Conselheira Vice-Presidente Léa Lúcia deseja a todos uma semana de bons debates e
31 encaminhamentos. A Secretária Executiva Maria das Mercês saúda a todos e realiza a conferência
32 do quórum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Telma Maranhão; Conselheira Léa Lúcia
33 Cecílio Braga; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Célia Maria de Sousa de Melo Lima;
34 Conselheira Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Conselheiro Thiago Cabral; Conselheira
35 Cláudia Faquinote; Conselheira Márcia Rocha; Conselheiro Alceu Cunha; Conselheiro Anderson
36 Lopes Miranda; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Conselheira
37 Patrícia Vieira. Conselheiros na suplência: Conselheira Mariana Souza Silva; Conselheiro Fábio
38 Bruni; Conselheira Maíra Almeida; Conselheira Carmem Fogaça; Conselheira Jucileide
39 Nascimento. **Item – Participação do CNAS no Seminário: Políticas Públicas e Participação**
40 **Social.** O Presidente Edivaldo informa que a suspensão das reuniões das comissões no início da
41 tarde deu-se em virtude da participação do CNAS em um seminário que foi chamado pelo Conselho
42 Nacional de Segurança Alimentar e o CONSEAS com o tema: Políticas Públicas e Participação
43 Social e ocorrerá no dia doze de abril de dois mil e dezesseis em princípio planejado para o Plenário
44 da Câmara dos Deputados. O Presidente ainda esclarece que não se trata apenas de um evento por
45 evento de uma vez que envolve vários conselhos e frentes parlamentares, de forma que também
46 cabe ao CNAS se fazer presente na ocasião. A Vice-presidente Léa Lúcia informa que recebeu um
47 telefonema do Vice-Presidente do Conselho de Segurança Alimentar, informando que os conselhos
48 estavam se organizando para a realização deste seminário para debater a participação social e das
49 políticas públicas e que também estavam querendo associar um diálogo com os parlamentares sobre
50 a questão do Impeachment. A Vice-Presidente também citou ter recebido em seu e-mail uma
51 proposta de carta a ser assinada por todos do Conselho que fazem parte desse movimento. O
52 Presidente Edivaldo confirmou o recebimento da carta e que ainda era possível se fazer alteração no
53 texto e enfatizou que o conteúdo se trata de um posicionamento do CNAS quanto ao atual contexto

54 político do país e citou também que um ou outro Conselho optou por não participar dando assim a
55 prerrogativa de possibilidade de participar ou não de acordo com a deliberação do Pleno. O
56 Conselheiro José Crus questiona o fato de não constar na programação do seminário a Frente
57 Parlamentar em Defesa da Assistência Social de uma vez que constam outras frentes parlamentares.
58 O Presidente Edivaldo esclareceu que a Frente Parlamentar de Assistência se encontra desarticulada
59 e sem reunião realizada no presente ano, mas de toda forma fariam uma consulta ao CONSEAS
60 sobre a ausência da mesma. A vice-Presidente Léa Lúcia confirma o esclarecimento dado pelo
61 Presidente Edivaldo. O Presidente Edivaldo pondera também sobre a questão da necessidade do
62 CNAS indicar um movimento para fazer uma fala no seminário, neste sentido relembra aos
63 presentes que o Conselho possui segmentos organizados, além de também representações de alguns
64 fóruns. O Conselheiro Anderson Lopes levanta a preocupação de que se é necessário primeiro se
65 definir a participação do CNAS, antes da leitura da carta e da indicação do movimento para a fala
66 no seminário. O Presidente concorda com o Conselheiro e solicita que se algum Conselheiro fosse
67 contrário à participação do CNAS que se manifestasse, como não houve posição contrária deu
68 prosseguimento solicitando a Vice-Presidente que fizesse a leitura da carta. A Vice-Presidente Léa
69 realiza a leitura da carta: *"Avanços sim, retrocessos não. Brasília, 12 de abril de 2016, Câmara*
70 *Federal dos Deputados. Nós representantes de sociedade civil organizada e membros de Conselhos*
71 *Nacionais de Políticas Públicas, vimos a público manifestar preocupação com o atual contexto*
72 *social, político e econômico do país. Nós, que somos testemunhas e protagonistas de importantes*
73 *conquistas civilizatórias, frutos da redemocratização e da adoção de políticas que resultaram em*
74 *transformações na sociedade brasileira, conclamamos todo o Parlamento à defesa da cidadania,*
75 *da democracia e da participação social. Recusando quaisquer movimentos que representem*
76 *ameaças a direitos ou retrocessos em progressos sociais. Manifestamo-nos com a responsabilidade*
77 *de compormos Conselhos legalmente formados por representantes dos mais diversos setores*
78 *sociais, espaços construídos e valorizados com o fortalecimento das organizações e movimentos*
79 *sociais. Somos exemplo da experiência inovadora de ampliação das práticas democráticas, que*
80 *conta com o amplo reconhecimento nacional e internacional. Reafirmamos o valor republicano da*
81 *participação social dos mais diversos setores da sociedade brasileira, nas decisões de políticas e*
82 *programas sociais. Estamos engajados no reconhecimento dos direitos das populações – em geral*
83 *dos grupos mais vulneráveis – e na afirmação de suas identidades, importante para a construção*
84 *de uma sociedade pluriétnica, sem preconceitos de qualquer natureza. Expressamos nosso firme*

85 *compromisso com a legalidade democrática, e repudiamos com veemência as investidas que visam*
86 *à desestabilização política e econômica do país, à incitação ao ódio, à intolerância, à violência. A*
87 *desmoralização das instituições e da política, ainda que a pretexto de combater a corrupção, abre*
88 *portas para ideias retrógradas e autoritárias. Esperamos que os Poderes da República cumpram*
89 *digna e fielmente suas funções constitucionais. Defendemos investigações amplas e imparciais, com*
90 *a apuração irrestrita da verdade e das responsabilidades, sem revanchismos e sem seletividades,*
91 *respeitando-se o contraditório e o amplo direito de defesa. Defendemos o dispositivo do*
92 *impeachment previsto na nossa Constituição, contudo entendemos que não existem bases legais que*
93 *justifiquem o afastamento da Presidenta da República. A conduta que visa dar certa áurea de*
94 *equilíbrio as contas públicas em momentos de aperto de caixa, não é boa prática de finança*
95 *pública. Prática de finanças realizadas em vários Governos que visam dar equilíbrio as contas*
96 *públicas em momentos de aperto de caixa devem ser evitadas, porém não se configuram como*
97 *crime de responsabilidade. Práticas de finanças realizadas em vários Governos, que visam dá*
98 *equilíbrio as contas públicas em momentos de aperto de caixa devem ser evitadas, porém não se*
99 *configuram como crime de responsabilidade. O processo de impeachment não deve ser utilizado*
100 *por parte da população que se sente insatisfeita com o Governo, ou porque a oposição não aceita*
101 *os resultados das urnas. Também não é o meio adequado para estabelecer uma catarse contra o*
102 *estado endêmico de corrupção nacional. Aprovar o pedido de impeachment da Presidenta significa*
103 *escrever na história um episódio de golpe, protagonizado pelo Judiciário, inflamado pela mídia e*
104 *validado pelo Congresso. Promover o impeachment da Presidenta é abrir um precedente, para que*
105 *o direito de presunção de inocência seja determinado pela opinião pública e não pela lei. Por isso*
106 *que em nome das políticas públicas que mudaram o Brasil para melhor, em nome da participação*
107 *social e em nome dos direitos humanos, vimos a público dizer: Avanços sim, retrocessos não. ”*
108 Após realizada a leitura, Os Conselheiros Thiago Cabral, Anderson Lopes e as Conselheiras
109 Carmem Lúcia, Telma Maranhão e Célia Maria se manifestam no sentido de se realizar alterações
110 e/ou pela manutenção do texto. O Presidente Edivaldo coloca em votação as seguintes propostas:
111 Uma proposta de supressão do segundo, terceiro, quarto e quinto parágrafo pleiteado pelo
112 Conselheiro Thiago e a outra de manutenção do texto apenas, porém com ajuste no último parágrafo
113 indicado pela Conselheira Telma. Foi aprovada a manutenção do texto de acordo com a segunda
114 proposta, na sequência foi colocado em votação a representação do CNAS para a fala no seminário,
115 o Conselheiro Anderson havia sugerido anteriormente que fosse o Fórum Nacional dos Usuários de

116 uma vez que congrega todos os usuários, não havendo manifestação em contrário assim ficou
117 definida a representação. A Vice-Presidente Léa Lúcia informa que a Secretária Mercês fez contato
118 para esclarecimento da ausência da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social no
119 seminário e foi informada pela Frente Parlamentar de Segurança Alimentar que não houve retorno
120 até o momento. A Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, alegou não ter sido
121 acionada, mas que estava à disposição para conversar sobre o assunto. O Conselheiro José Crus
122 solicitou que ficasse registrado o ocorrido. O Presidente Edivaldo acatou a solicitação do
123 Conselheiro José Crus e também sugeriu como **Encaminhamento:** que fosse solicitado ao
124 CONSEAS o reenvio do convite a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e que o
125 próprio CNAS também fizesse o convite de uma vez que a Frente é parceria do Conselho Nacional
126 de Assistência Social. O Presidente Edivaldo solicita a Secretária Mercês que explique a localização
127 de realização do seminário. A Secretária deu as devidas orientações quanto ao acesso até o local e
128 informou que havendo qualquer impedimento seriam disponibilizados ônibus e van para o
129 deslocamento caso necessário. **ENCERRAMENTO.** O Presidente Edivaldo encerra o primeiro dia
130 de reunião, convidando a todos a Câmara dos Deputados no período da manhã do dia seguinte para
131 participação de Seminário. **Dia 12/04/2016. Item – Seminário realizado na Câmara dos**
132 **Deputados.** O Sr. Padre João Carlos Siqueira – Deputado inicia o Seminário e informa que estão
133 presentes a Sra. Maria Emília – Presidente do CONSEA; o Sr. Edivaldo da Silva Ramos –
134 Presidente do CNAS; o deputado Leonardo Monteiro - coordenador da frente de agroecologia;
135 deputado Angelim da frente parlamentar de economia solidária e agroecologia; e Luciana. Explica
136 que a violência e o ódio presente na crise política atual tem tudo a ver com as políticas sociais,
137 informa que chegou recentemente de um fórum de segurança alimentar e combate à fome da
138 América latina e Caribe, acrescenta que haviam 17 países em Cartagena, assevera o quanto o Brasil
139 é referência para o mundo o combate à fome na segurança alimentar, complementa que há uma
140 ofensiva presente em toda a América latina, considera importante a consciência a respeito do
141 público da Assistência Social, que foi excluído ao longo desses 500 anos, e que não pode haver
142 retrocesso em seus direitos conquistados. Registra que não se trata de disputa de cargos por cargo, e
143 sim como ter a frente dos programas e das políticas pessoas comprometidas com projeto. O
144 Deputado Raimundo Angelin discorre que o país está passando os momentos mais críticos da sua
145 história recente, pondera que quem leu o livro três do Lira Neto sobre a biografia do Getúlio Vargas
146 reconhece muita semelhança com o que aconteceu à época do suicídio do Getúlio. Entende que se o

147 governo sair será uma ruptura do processo democrático, é um retrocesso da perda das conquistas
148 sociais de direitos. O Governo de direita realizara uma política totalmente equivocada do
149 neoliberalismo com retirado dos direitos trabalhistas previdenciários da classe trabalhadora com um
150 aceno muito claro para o mercado, que é essa mão invisível que especula, que não gera riqueza,
151 emprego e renda. Acrescenta que a população que está nas ruas, não busca apenas defender o PT ou
152 mandato da Presidenta Dilma, um número significativo de pessoa, procuram defender a democracia,
153 as garantias, os direitos para que não haja retrocesso. Destaca que possui um respeito muito grande
154 e pelo Conselho, tendo em vista que Conselho avançou significativamente, e tem o poder de
155 expressar e concretizar sonhos. O Deputado Leonardo Monteiro - Presidente da frente parlamentar
156 de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, esclarece que o processo de
157 impeachment do Eduardo Cunha está instalado na Câmara, com prazo razoável de já ter sido
158 votado, e encaminhado para o plenário há meses. Explica que houve uma retaliação por parte de
159 Eduardo Cunha, pois este se articulou com a oposição pertencentes aos partidos PSDB, DEM, com
160 o PPS e instalou o processo de impeachment devido a uma retaliação, porque não teve garantia dos
161 votos no Conselho de Ética. Assevera que Eduardo Cunha não tem condições morais, éticas e
162 políticas de dirigir um processo como esse articulado com a oposição de direita na Câmara, liderada
163 pela grande imprensa, pela direita nacional e internacional, portanto, é um golpe institucional que
164 eles estão construindo e criando todas as condições de justificá-lo. Destaca que ocorreram muitos
165 avanços importantes durante esses 13,14 anos de governo, mas poderia ser muito mais ampliado.
166 Considera que foi um erro não ter votado a reforma política que é a principal de todas as reformas,
167 se faz necessário outro sistema, uma outra forma de fazer política diferente da forma tradicional e
168 arcaica e vencida que ainda existe no Brasil. O Sr. Edivaldo da Silva Ramos – Presidente do
169 CNAS, explana que o país possuía mais de 500 anos tratando a política de Assistência social como
170 sendo a ausência do Estado enquanto política pública, mas a presença firme do Estado enquanto
171 clientelismo, protecionismo, enquanto barganha de voto era o objeto das ofertas dessa política.
172 Portanto esse processo de evolução do reconhecimento dos direitos, direito ao alimento, direito à
173 assistência social como todo, direito à moradia houve grande avanço. Explica que ocorreu um
174 aumento da participação das pessoas nas políticas de saúde, educação, ProUni, FIES provam o
175 maior acesso, bem como um aumento da situação no consumo, todas as pessoas têm uma geladeira
176 em casa, televisão e enfim, vários avanços, o acesso aos bens, consumo de bens e serviços, todavia
177 não houve o avanço da participação política. Não há como falar em democracia aonde o exercício

178 do controle social, que é a ferramenta basilar da voz do povo se finaliza ou suspender. A Sra. Maria
179 Emília Pacheco – Presidenta do CONSEA, discorre que em 2006 foi aprovada a lei orgânica de
180 segurança alimentar e nutricional, e foi a partir dela ocorreu um crescente processo de elaboração, e
181 monitoramento de novas propostas. Foi também na Câmara que foi aprovada a inclusão na
182 constituição brasileira, no artigo sexto do direito humano a alimentação adequada, e essa conquista
183 é extremamente importante, porque passa a ser responsabilidade do estado assegurar uma
184 alimentação de qualidade em quantidade suficiente, de maneira a não alterar, e não prejudicar
185 outros direitos da população, informa a existência de uma moção de repúdio na quinta conferência
186 nacional de segurança alimentar e nutricional em relação a PL 3200, pois esse projeto tem o
187 objetivo inclusive de substituir a palavra agrotóxico, a qual possui o papel no sentido de mostrar à
188 sociedade o componente tóxico dessa substância a ser substituída pela expressão “defensivo fito
189 sanitário”, o projeto propõe também a criação de uma comissão técnica nacional de fito sanitário no
190 âmbito do ministério da agricultura. Assevera sobre a necessidade de preservar o que a lei
191 atualmente garante. A Sra. Kátia – Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais,
192 pondera que houve um grande avanço em 2005 quando foi criada a comissão nacional de povos e
193 comunidades tradicionais paritariamente com o governo, esse grande avanço se deu também na
194 afirmação dos direitos a partir do decreto presidencial do presidente Lula em 2006 quando instituiu
195 o decreto 6040 onde se resguarda os principais direitos dos povos e comunidades tradicionais.
196 Afirma também que nunca se teve um recorte tão diferenciado para povos e comunidades
197 tradicionais e o reconhecimento do estado brasileiro dessa diversidade que hoje compõem a
198 comissão nacional de 17 segmentos que atualmente está pleiteando que seja um conselho com 28
199 segmentos, mostrando com essa característica que o Brasil é bem diverso na sua origem, na sua
200 composição só de povos indígenas e comunidades Quilombolas e é um momento não só de
201 reflexão, mas também de avaliação e de proposição. O Sr. MARCOS ROCHINSKI – CONDRAF,
202 ressalta que eu faz parte também do CONSEA e que é membro representante da FETRAF Brasil, a
203 federação de trabalhadores na agricultura familiar, no entanto aqui representa o conselho de
204 desenvolvimento rural e sustentável, o agricultor familiar, o trabalhador rural sem-terra,
205 comunidades tradicionais, povo que antes do governo Lula era absolutamente invisível aos olhos da
206 sociedade, o espaço rural se reduzia ao grande produtor, o trabalhador rural e as políticas públicas
207 do país em geral eram voltadas se não exclusivamente em sua grande maioria para o grande
208 Agronegócio e hoje você imaginar que o agricultor familiar e o assentado da reforma agrária fossem

209 um dia entrar dentro de uma agência do banco do Brasil para contrair um tipo de financiamento ou
210 dentro de uma agência da Caixa Econômica Federal e eminentemente um banco urbano para assinar
211 um contrato de habitação rural. Salienta que a reforma agrária ainda continua com uma dívida
212 social, mas que durante catorze anos de governo nunca se ouviu dizer que o governo federal tinha
213 mandado matar trabalhador o que acontece cotidianamente nos estados onde são governados pelos
214 tucanos como é o caso que aconteceu recentemente no estado do Paraná onde trabalhadores foram
215 presos em uma emboscada e que se tenta dizer que se tratava de um conflito, mas que na verdade
216 tem o dedo da polícia militar a mando do governador Beto Richa. Sr. ROGÉRIO – Comissão
217 Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, reforça que o CONSEA sempre esteve presente
218 nas lutas e nos avanços dos últimos anos e a iniciativa que o CONSEA teve em sua última plenária
219 de propor esse debate demonstrou toda a sua responsabilidade e compromisso com os avanços e
220 mais do que isso a sua vontade e determinação em defender a democracia. Informa ainda que a
221 SINAPO foi criada em 2012 e que se encontra em um processo muito dinâmico de construção do
222 segundo plano nacional de agroecologia e espera-se que seja lançado até o Plano Safra final de maio
223 ou início de junho, mas esse momento que agora se vive no país, é um momento de ação e daqui até
224 domingo é preciso se ter a clareza que as atividades e os esforços devem estar concentrados em todo
225 esse processo que está ocorrendo até a votação. Sra. Aldenora Gomes Gonzalez - Representante do
226 Instituto Ecovida, realiza a seguinte leitura: *"O fórum nacional dos usuários do SUAS, Sistema*
227 *Único de Assistência Social, que representa 60 milhões de usuários beneficiários da política de*
228 *Assistência social vem publicamente expressar indignação aos recentes ataques a democracia e aos*
229 *avanços sociais duramente conquistados pela população brasileira nos últimos anos. Temos*
230 *vivenciado um crescente conservadorismo que coloca em risco não só os direitos sociais, mas a*
231 *democracia. Todos os acontecimentos que estamos observando evidencia o estado de golpe onde as*
232 *liberdades individuais e coletivas são sob forte risco. Os usuários das políticas públicas sabem o*
233 *que é ter vivido anos na invisibilidade e agora sabem o que é ter voz, visibilidade e mais*
234 *importante, ser sujeitos de direitos. Os usuários sabem o quanto foi difícil conquistar seu espaço na*
235 *sociedade lutamos muito por isso e não queremos nada a menos. Nós usuários reconhecemos o*
236 *sistema de proteção social e as políticas públicas que o compõe como a assistência social a*
237 *transferência de renda dentre tantas outras como responsável pela sobrevivência e autonomia e*
238 *protagonismo de milhões de indivíduos e famílias em situação de pobreza. Reconhecemos que essas*
239 *políticas se consolidam para redução das desigualdades em particular as de povos indígenas*

240 *comunidades tradicionais população em situação de rua e pessoas com deficiência. Reconhecemos*
241 *que para, além de diminuir os de índices de pobreza são decisivas para garantir autonomia*
242 *dignidade empoderamento e geração de renda ao possibilitar o acesso e inserção a outros serviços*
243 *sociais. Reconhecemos que a corrupção perpassa as nossas instituições e partidos e precisamos*
244 *nos manifestar contrário e lutar pela punição de culpados comprovados. Reconhecemos também*
245 *que o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS que temos ainda está distante do SUAS que*
246 *queremos e que a população brasileira e espera aí precisa, mas é um avanço inegável e precisa ser*
247 *consolidado com recursos, gestão e controle social. Tudo isso está ameaçado se houver o golpe que*
248 *está armado e escondido nas sombras das articulações que se manifestam no impeachment da*
249 *presidente Dilma e outros abusos que são cometidos a exemplo do deputado Eduardo Cunha. É*
250 *preciso unir nossas vozes a todas as vozes das outras pessoas, instituições, fóruns, movimentos*
251 *sociais e lutar para não permitir a perda dos avanços duramente conquistados nas lutas sociais e*
252 *populares que mudou e continua mudando as nossas vidas e de tantos cidadãos e cidadãs, a luta é*
253 *de todos nós. Nesta conjuntura, nós usuários do SUAS decidimos e chamamos todos a respeitar a*
254 *constituição federal; defender o exercício pleno das instituições democráticas; repudiar qualquer*
255 *forma de corrupção; repudiar golpe sobre a forma de julgamentos no campo da política e não no*
256 *campo da justiça; condenar a golpes midiáticos pela grande parcial mídia colocando em xeque o*
257 *processo eleitoral democrático sempre parcial pela direita conservadora que leva o retrocesso da*
258 *política conquistada; defender os direitos sociais e o sistema de proteção social brasileiro."*
259 *Afirma ainda que esse é o manifesto que clama um viva, viva a democracia, viva a liberdade, viva*
260 *ao SUAS e que não vai ter golpe e sugere a canção com a seguinte letra: "Não vai ter golpe de*
261 *novo, reage, reage meu povo. Não vai ter golpe de novo, reage, reage o meu povo. Não vai ter*
262 *golpe." O Sr. Anderson Lopes Miranda – Representante do Movimento Nacional da População de*
263 *Rua, explana que tem 40 anos de idade, dos quais durante 30 anos foi morador de rua, acrescenta*
264 *que faz oito anos que deixou de ser morador de rua e faz quatro anos que está no Conselho Nacional*
265 *de Assistência Social, através dos votos do movimento nacional da população de rua. Informa que*
266 *atualmente pesa 75 kg, faz quatro refeições diárias e não é beneficiário do Bolsa Família, porque*
267 *através de tal benefício conseguiu um emprego com os registros legais há sete anos graças ao*
268 *governo atual, entende que sua situação foi uma conquista, pois saiu da invisibilidade como vários*
269 *outros moradores de rua. O Sr. Dourado Tapeba – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e*
270 *Nutricional, informa que é representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do*

271 nordeste e Espírito Santo, denominada APOINME, está no CONSEA em nome da organização dos
272 povos indígenas abrangendo os dez estados da federação, entende que a situação atual política do
273 país não diz respeito ao impeachment da Presidente Dilma, mas sim das políticas sociais, é o
274 impeachment daqueles de 30 milhões de brasileiros que saíram da extrema pobreza. Pondera que
275 quando o Lula assumiu em 2003 começou a criar os conselhos, a participação social, indígena, das
276 comunidades tradicionais e participação de todos os brasileiros e toda a sociedade civil. Acredita
277 que em 2018 Lula volte a governar o país. A Sra. Maria Emília Pacheco – Presidenta do CONSEA,
278 procede a leitura de uma nota do conjunto dos conselhos, que junto com as frentes parlamentares
279 organizaram o presente debate: *"Avanço sim, retrocessos não. Brasília, 12 de abril de 2016, a*
280 *Câmara federal dos deputados. Nós, representantes de sociedade civil organizada, e membros de*
281 *conselhos nacionais de políticas públicas vimos a público manifestar preocupação com o atual*
282 *contexto social, político e econômico do país. Nós que somos testemunhas e protagonistas de*
283 *importantes conquistas civilizatória frutos da redemocratização e da adoção de políticas que*
284 *resultaram em transformação da sociedade brasileira conclamamos todo o parlamento a defesa da*
285 *cidadania, da democracia e da participação social recusando quaisquer movimentos que*
286 *representem ameaça, da direitos ou retrocessos em progressos sociais. Manifestamo-nos com a*
287 *responsabilidade de compormos conselhos legalmente formados por representantes dos mais*
288 *diferentes setores sociais espaços construídos e valorizados com o fortalecimento das organizações*
289 *e movimentos sociais. Somos exemplos de experiência inovadora de ampliação das práticas*
290 *democráticas que conta com um amplo reconhecimento nacional e internacional. Reafirmamos o*
291 *valor republicano da participação social dos mais diversos setores da sociedade brasileira nas*
292 *decisões de políticas e programas sociais. Estamos engajados no reconhecimento dos direitos das*
293 *populações em especial dos grupos mais vulneráveis e na afirmação de suas identidades*
294 *importante para a construção de uma sociedade pluriétnica sem preconceito de qualquer natureza.*
295 *Expressamos nosso firme compromisso com a legalidade democrática e repudiamos com*
296 *veemência as investidas que visam a desestabilização política e econômica do país a incitação ao*
297 *ódio, a intolerância, a violência, a desmoralização das instituições e da política ainda que a*
298 *pretexto de combater a corrupção abre portas para ideias retrógradas e autoritárias. Esperamos*
299 *que os poderes da república cumpram digna e fielmente suas funções constitucionais, defendemos*
300 *investigações amplas e imparciais com a apuração e irrestrita da verdade e das responsabilidades*
301 *sem revanchismos e sem seletividades, respeitando-se o contraditório e o amplo direito de defesa.*

302 *Defendemos o dispositivo do impeachment tal como previsto na nossa constituição para casos de*
303 *crime de responsabilidade, por isso entendemos que não existem bases legais que justifiquem o*
304 *afastamento da Presidenta da república uma vez que a edição dos decretos de crédito suplementar*
305 *foram fundamentais para a manutenção de programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa,*
306 *Minha Vida, nunca resultaram em prejuízo ao erário público e em nenhuma hipótese se enquadram*
307 *como crime de responsabilidade, conforme definido na constituição. Processo de impeachment não*
308 *deve ser utilizado, porque parte da população se sente insatisfeita com o governo ou, porque a*
309 *oposição não aceita o resultado das urnas, também não é um meio adequado para estabelecer uma*
310 *catarse contra o estado endêmico de corrupção nacional. Aprovar esse pedido de impeachment*
311 *significa escrever a história um episódio de golpe, significa abrir um precedente para que o direito*
312 *de presunção de inocência seja determinado pela opinião pública e não pela lei, ameaçam-se*
313 *assim, direitos civis resguardados pela carta magna e respaldados pelas regras instituições do*
314 *estado democrático de direito. A insegurança jurídica é uma das principais mazelas de estados*
315 *autoritários e esse capítulo da história não vamos reviver. Por isso, em nome das políticas públicas*
316 *que mudaram o Brasil para melhor, em nome da participação social e em nome dos direitos*
317 *humanos vimos a público dizer: avanço sim, retrocessos não. Assinam o conselho nacional de*
318 *segurança alimentar e nutricional, comissão nacional de agroecologia e produção orgânica,*
319 *conselho nacional do desenvolvimento rural e sustentável, conselho nacional de Assistência social,*
320 *comissão nacional de povos e comunidades tradicionais." O Sr. Francisco Menezes – Conselho*
321 *Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, considera que o golpe é contra a possibilidade de*
322 *uma democracia que avança, e que coloca a questão da participação social como um elemento*
323 *absolutamente indispensável para que essa democracia no Brasil possa continuar avançando. O*
324 *Deputado Padre João Carlos Siqueira, primeiramente discorre sobre a necessidade de garantir a*
325 *manutenção dos serviços, acrescenta a possibilidade de frentes parlamentares, o governo deve ter*
326 *capacidade de disputa e aberto ao diálogo para possibilitar a construção participativa de viabilização*
327 *na estruturação dos conselhos, seja através das conferências. A Sra. Patrícia – Associação de Pós-*
328 *graduando verno os do UNICEUB, realiza a seguinte leitura: "A Rede ODS Brasil é um coletivo de*
329 *instituições públicas e privadas, entidades, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais,*
330 *que defendem os direitos humanos, a igualdade racial, geracional de gênero e orientação sexual e*
331 *a justiça social, a aplicabilidade do marco legal da laicidade do estado, o reconhecimento dos*
332 *direitos dos grupos historicamente excluídos da sociedade, o desenvolvimento que equilibra as*

333 *esferas, econômica, social e ambiental e valorize as práticas e saberes dos povos e comunidades*
334 *tradicionais. O estado democrático de direito e o fortalecimento da democracia participativa, tendo*
335 *como referência os objetivos de desenvolvimento sustentável, ODS da ONU. A declaração do*
336 *milênio lançada pela ONU em 2000 e pactuada por 191 países estabeleceu significativos avanços*
337 *sociais do mundo todo. A partir de 2003 o Brasil passou a nortear suas políticas públicas dos*
338 *objetivos de desenvolvimento do milênio, tendo como resultados: 36 milhões de pessoas a menos*
339 *entre aqueles que vivem na linha da extrema pobreza; a redução da mortalidade materna em 43%;*
340 *a saída do mapa da fome; a com universalização da educação fundamental com 97,7% das*
341 *crianças e jovens matriculados; entre outros. A ampliação e o fortalecimento da democracia*
342 *participativa consolidaram esse período de avanços e conquistas ao povo brasileiro com a*
343 *participação e o engajamento de diferentes atores sociais nas diversas esferas da sociedade. A*
344 *Rede ODS Brasil manifesta a sua preocupação com o desrespeito sistemático a constituição federal*
345 *de 1988 e suas consequências aos direitos civis, políticos e sociais dos brasileiros. Defendemos o*
346 *combate à corrupção, mas este combate só terá legitimidade se respeitar o estado democrático de*
347 *direito brasileiro e é pela manutenção desses avanços e conquistas sociais e do estado democrático*
348 *de direito que nos manifestamos contra a tentativa de golpe de estado deflagrada pelo presidente*
349 *da Câmara dos deputados Eduardo Cunha." A Sra. Célia – Rede de Informação e Ação pelo*
350 *Direito a se Alimentar/FIAN Brasil, discorre que a origem do ataque ao governo vem é de um*
351 *contexto de machismo, sexismo, lesbofobia e de preconceito e de um estigma muito grande contra*
352 *os pobres, os nordestinos e os nortistas. Esses preconceitos proporcionam uma roupagem de ódio,*
353 *de polarização, pois foi justamente nesses setores onde a democracia brasileira avançou nesses*
354 *últimos anos. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera – Representante da Federação Nacional dos*
355 *Assistentes Sociais, realiza a leitura do documento da FENAS: "Nota da federação nacional dos*
356 *assistentes sociais joga pedra na GNI. A música GNI o Zé Pelin de Chico Buarque é um clássico de*
357 *repertório do autor que sempre se declarou ativista no campo social crespo, composta em 1978*
358 *momento em que o país vivenciava tenebrosos anos de chumbo do marco da autocracia burguesa.*
359 *Porém, a música parece extremamente atual em função do momento histórico que vivemos, com*
360 *nítidas semelhanças e algumas particularidades em relação às páginas infelizes na nossa história.*
361 *O refrão da canção "Ela é feita para apanhar, ela é boa de cuspir" demonstra hostilidade e o falso*
362 *moralismo que a personagem enfrentava em uma sociedade fraturada de preconceitos incapaz de*
363 *conviver pacificamente com o diferente. Essa é a mesma realidade que se manifesta nesses dias*

364 *bárbaros, onde forças obscuras e reacionárias se reatualizam e evocam os princípios que destoam*
365 *projeto ético político dois assistentes sociais com valores que reforçam a intolerância generalizada*
366 *e o destelhamento do ódio contra a parcela da sociedade historicamente excluída da riqueza*
367 *socialmente produzida. Então o verde-amarelo cresce o horror de quem investe vermelho. As*
368 *mulheres, os nordestinos, os negros e negras, a comunidade LGBT, a população pauperizada, o*
369 *campesinato e os movimentos sociais de maior densidade política nas palavras de Chico, de tudo*
370 *que é negro torto no mangue do cais do porto. Para esses certamente não faltarão pedras, a nossa*
371 *também o antipetismo declarado como se essa sigla partidária significasse a origem da corrupção,*
372 *que graça no Brasil desde seu nascedouro e que dadas as condições técnicas, operacionais e atuais*
373 *da polícia federal puderam ser desvendados sem risco de engavetamento. Não obstante, há muito*
374 *tempo registrou-se conquistas sociais históricas com a saída do país do mapa da fome e a ascensão*
375 *social das camadas populares. Obra desse mesmo governo e que desse mesmo partido aplaudido*
376 *pela multidão vai com ele, vai Genir, você não pode nos salvar. Que agora buscam desmoralizar e*
377 *jogar no lixo a sua história. Porém, o golpe em curso nem de longe pode ser interpretado como*
378 *uma tentativa de limpeza ética sobre a Nova república, isso, porque reúne em bloco a ala mais*
379 *atrasada da política brasileira, constituída pela bancada BBB, Boy, Boi, Bala e Bíblia. Como bem*
380 *traduziu Juremir Machado é uma direita corrupta desde 1500, tripudiando e se fazendo de honesta,*
381 *rouba junto, mas pune sozinha, nunca reclama do mar de lama da ditadura. Passados poucas*
382 *décadas após a redemocratização do país assiste uma ameaça concreta de destruição do estado*
383 *democrático de direito, com mensuráveis rebatimentos nas conquistas sociais e editados na*
384 *constituição cidadã, mais ainda inconclusas do ponto de vista prático. Todavia, o traço indistintivo*
385 *do presente parece, portanto, ser um golpe, não ser tomado de assalto como foi em 64, pelo*
386 *contrário, se fará travestido de uma pseudodemocracia incendiada pelo combustível midiático e*
387 *pela indiferença de alguns que da arquibancada contemplam vai imersão do monstro da lagoa,*
388 *como aludiu novamente Chico em "O cálice". Além disso, seus protagonistas não mais serão os*
389 *agentes do aparelho repressor do estado que usavam farda, mas sim os que distinguem pelo mérito*
390 *da toga. Desta forma, corremos o risco concreto em três décadas transitar de um golpe civil militar*
391 *para um golpe jurídico midiático intercalado com a democracia que agoniza em nome de um*
392 *projeto societário, defendido por enormes Zé Pelin, que aqui caracterizado pela direita fascista,*
393 *reacionária e golpista. Essa contraofensiva em aceno não pode passar, sem resistência, por isso a*
394 *FENAS conclama os Assistentes Sociais a se somarem a todas as forças organizadas situadas no*

395 *campo crítico e democrático para deter os ataques selvagens da direita até que sejam*
396 *definitivamente respeitado o sufrágio universal e a democracia prontamente restabelecida. Rio de*
397 *janeiro, 22 de março de 2016, federação nacional dos assistentes sociais." A Sra. Elza –*
398 CONSEA, pondera que existem críticas em relação ao Bolsa Família, todavia o programa abre
399 caminhos para a construção da cidadania. Informa que será realizada uma caminhada para
400 convencer os deputados indecisos. O Sr. Amaral – CONSEA do movimento negro dos agentes
401 parceiros do Brasil e do CONSEA informa que na quinta-feira foi realizado em São Paulo um
402 encontro de quilombos do estado e no sábado em Bauru e no domingo uma outra reunião de
403 comunidades tradicionais e quilombos também. Enfatiza que para todo mundo desse mesmo eixo
404 não deve se ter golpe e faz cenários de quanto a população negra e comunidades tradicionais vão
405 perder com um golpe de uma vez que se avançou muito nesse governo. Sugere o seguinte
406 encaminhamento, que a Sra. Maria Emília Presidenta do CONSEAS consiga uma audiência com a
407 Casa Civil e com a Presidenta Dilma para que seja discutida uma nova gestão democrática e popular
408 do partido dos trabalhadores no Brasil. Presidente do CONSEA Goiás, informa que está na
409 educação desde 1994 e percebe os das políticas públicas nas gestões dos governos da esquerda,
410 desbancar a política da direita não foi fácil, primeiro, porque nunca os movimentos sociais foram
411 ouvidos. Sr. Edivaldo da Silva Ramos – Presidente do CNAS – Representante da Associação
412 Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais, Faz uma proposta de encaminhamento, que se o
413 grupo acatar naturalmente, seja um fechamento na carta dizendo o seguinte: "*Senhor parlamentar*
414 *lembre-se o seu voto no congresso não é seu é de 36 milhões de usuários do programa Bolsa*
415 *Família, é de 300.000 pessoas em situação de rua"* para que assim o parlamentar lembre-se no
416 momento da manifestação dele pró ou contra não o pertence e sim a população brasileira. O
417 Deputado Padre João Carlos Siqueira, esclarece ao Presidente Edivaldo que a carta já foi impressa e
418 já circulou, mas considera a orientação importante e pode ser incorporada na abordagem das falas
419 no gabinete, nas redes sociais.

420 **ENCERRAMENTO.** A Sra. Maria Emília Pacheco – Presidenta do CONSEA, agradece a
421 participação de todos e encerra o seminário. **ABERTURA.** O Presidente Edivaldo cumprimenta a
422 todos e inicia a reunião. A Secretária Executiva Maria das Mercês saúda a todos e realiza a
423 conferência do quórum: Conselheiros na titularidade: conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga;
424 conselheiro José Ferreira da Crus; conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima; conselheira Maria
425 Lúcia Marquim; conselheiro Thiago Cabral; conselheira Cláudia Faquinote; conselheira Márcia de

426 Carvalho Rocha; conselheiro Alceu Kuhn; conselheiro Anderson Lopes Miranda; conselheiro
427 Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros na suplência: conselheiro Carlos Nambu, conselheiro
428 Naelson da Silva Ferreira, conselheira Aldenora González, conselheira Carmem Lopes Fogaça,
429 conselheira Eufrásia Agizzio, conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento, conselheiro Leovane
430 Gregório. O Presidente Edivaldo Ramos esclarece que a reunião está iniciando com atraso em
431 virtude da atividade que houve pela manhã que foi a participação do CNAS no seminário. **Item –**
432 **Aprovação da Pauta da 242ª Reunião Ordinária do CNAS.** A Vice-Presidente Léa Lúcia Cecílio
433 Braga – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – realiza a
434 leitura da pauta: *“informes da presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,*
435 *CONGEMAS e conselheiros. Na sequência, exposição sobre a portaria nº 113/2015 que*
436 *regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, e a*
437 *transferência de recursos na modalidade fundo a fundo. A avaliação da reunião trimestral do*
438 *CNAS com o CEAS e o CAS/DF realizada no dia 11/3 para 17h às 18h, o relato da comissão*
439 *eleitoral, a apresentação da minuta do regimento interno da assembleia da eleição da sociedade*
440 *civil no CNAS. Para o dia 13/4/2016 reunião plenária, sendo que de 9 às 10 h30 relato da*
441 *presidência ampliada, 10 h30 às 12h relato da comissão de financiamento e orçamento da*
442 *Assistência Social, de 12h às 12 h30 relato da comissão de ética do CNAS, de 14 h às 15 h relato*
443 *da comissão de normas da Assistência Social, de 15h às 16h30 relato da comissão de política da*
444 *Assistência Social, de 16 h30 às 18h o relato da comissão acompanhamento aos conselhos da*
445 *Assistência Social.* **Item - Exposição sobre a Portaria nº 113/2015, que regulamenta o**
446 **cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de**
447 **recursos na modalidade fundo a fundo SNAS/MDS.** O Sr. José Dirceu Galão Junior, Secretário
448 Nacional Adjunto de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS do
449 MDS explica sobre a portaria nº 113/2015, mas comumente chamada de “Portaria dos Blocos”,
450 afirma que se trata de uma grande conquista no ponto de vista da gestão com vistas a otimizar o
451 cofinanciamento federal, estadual e municipal da assistência social no âmbito do SUAS. Ao longo
452 dos anos ocorreram várias conquistas com a finalidade de fortalecer a gestão dos entes federados, a
453 exemplo da aprovação do repasse de fundo a fundo, a tipificação dos serviços, os Índices de Gestão
454 Descentralizada e mais recentemente os dois últimos movimentos que a instituição dos blocos de
455 financiamento a partir das próprias normativas do SUAS e a segunda grande reivindicação que é
456 a instituição da portaria dos blocos de financiamento de recursos de investimentos, neste sentido a

457 portaria dos blocos já está sendo implementada e assim preparando o terreno para a portaria de
458 investimentos. Para instituição da portaria dos blocos foi necessário se reordenar todo o
459 cofinanciamento do SUAS, adequando ele a lógica dos blocos. A portaria trata de todas as fases de
460 execução dos serviços socioassistenciais, programas e projetos cofinanciados pela união, ela
461 apresenta uma parte conceitual, dispositivos que definem a autonomia da gestão dos recursos da
462 Assistência Social, além de viabilizar procedimentos a exemplo do uso de recursos provenientes de
463 outros serviços e repasses antigos que não podem ser mais usados. Traz em sua cronologia a
464 seguinte ordem: disposições preliminares, o Plano de Ação, a execução e as regras de
465 reprogramação de acordo com uma boa execução, a prestação de contas encerrado a fase de
466 execução de despesas. Explica que blocos de financiamento são conjuntos de ações destinadas ao
467 cofinanciamento federal das ações socioassistenciais calculados com base no somatório que os
468 integram e vinculados a uma finalidade e que estes não substituem nenhuma normativa do SUA,
469 pois apenas define como se dará o repasse dos recursos e como serão aplicados pelo ente federado.
470 Informa que na lógica anterior os recursos eram repassados por pisos e o ente só poderia fazer o uso
471 dos recursos em determinado serviço, fragmentando dessa maneira o uso dos mesmos e gerando
472 muitas vezes sobra de recursos nas contas. Considerando que os serviços são divididos em grandes
473 blocos de proteção, a proteção social básica, a proteção social especial de média complexidade, a
474 proteção social especial de alta complexidade e os dois índices de gestão, foi então criado um bloco
475 de financiamento para cada uma das proteções. Esclarece que o repasse por bloco dá mais
476 autonomia ao ente que pode optar por aplicar os recursos em qualquer um dos serviços que
477 compõem o bloco de financiamento e que a união só importará o cumprimento das metas pactuadas,
478 havendo assim a correta prestação dos serviços. Para isso foi necessário se unificar todas as contas
479 bancárias, passando a ter em cada ente uma conta para cada bloco de financiamento e não mais
480 várias contas em virtude dos pisos anteriormente fragmentados, são cinco grandes blocos de
481 financiamento para os entes federados que tem execução plena dos serviços, não é o caso de todos
482 os municípios. Optou-se por não se unificar tudo em único bloco em virtude da estrutura do PPA
483 atualmente e por essa organização está de acordo com as deliberações do CNAS e das instâncias do
484 SUAS. Discorre que o plano de ação que é o instrumento que servirá como link entre o plano de
485 assistência social do ente e o cofinanciamento federal, por se tratar sobretudo de uma
486 reinvidicação dos órgãos de controle, portanto o plano de ação passa a ter uma precedência
487 importante na aplicação dos recursos e na transferência federal tendo que ser preenchido a tempo de

488 ser aprovado pelo conselho de assistência social, pois passará efetivamente a influenciar o
489 cofinanciamento federal. O Secretário orienta que o impedimento de usar o recurso federal como
490 investimento trata-se de um problema contábil conforme o previsto na lei 4.320, pois os recursos
491 precisam ter uma divisão mínima em custeio e capital, investimento. Então se o repasse é feito em
492 custeio ele fica carimbado como custeio e não pode ser utilizado como investimento sob o risco de
493 perder a vinculação original que ele tinha no orçamento da união, neste sentido a solução que está
494 sendo buscada para contornar o problema é que no plano de ação os entes federados vão informar
495 quanto querem receber de custeio e quanto de investimento, conforme o seu planejamento serão
496 feitas as devidas adequações aqui e cumpre-se dessa forma a legislação orçamentária. Ainda sobre o
497 plano de ação ressalta que o de 2016 já está aberto e que os conselhos devem participar do processo
498 de aprovação para que o processo possa ser encerrado, já o plano de ação de 2017 que deverá seguir
499 a regra da portaria, onde constará provavelmente a subdivisão em custeio e em investimento,
500 passará a ser um instrumento fundamental para se realizar o cofinanciamento federal e medir o
501 cofinanciamento estadual e municipal. Em relação aos repasses dos recursos explica que foi
502 realizada uma negociação com o Banco do Brasil para sejam automaticamente aplicados até sejam
503 empregados em suas devidas finalidades, aproveita também para informar que as contas são
504 centralizadas e abertas pelo Fundo para que seja possível se efetivar o acompanhamento contábil,
505 após a abertura das contas os entes têm o prazo de 120 dias para realizar a transferência dos saldos
506 das contas antigas para as contas novas. A responsabilidade das contas é única e exclusiva do ente
507 federado, ou seja, aqui as contas são apenas abertas e os repasses são realizados, mas a gestão é de
508 competência do gestor. Naquele bloco de contas antigas que não tem mais cofinanciamento, os
509 recursos deverão ser devolvidos. Sobre o monitoramento, o Secretário enfatiza que a sistemática
510 dos blocos da abertura das contas permitirá saber quanto é realmente aplicado de recursos e
511 subsidiará dessa forma todos os debates necessários com dados seguros, conforme os entendimentos
512 já ocorridos no âmbito da Comissão Intergestora Tripartite - CIT em virtude da necessidade de se
513 avançar com dados efetivos na discussão do cofinanciamento. Neste sentido está sendo realizado
514 um trabalho operacional junto com o Banco do Brasil para incluir a sistemática de uma vez que
515 ainda existem entraves computacionais e contábeis do banco e à medida que a situação for sendo
516 solucionada, será possível os entes realizarem também os depósitos do cofinanciamento estadual
517 nas próprias contas, essa situação foi relatada na última CIT como um fato de empoderamento do
518 gestor da assistência social no âmbito municipal e também para o controle social de uma vez que

519 possibilita um maior controle dos recursos, evitando bloqueios como ocorreu por meio da
520 instituição da portaria nº 36, portanto a portaria dos blocos de financiamento é uma perna
521 fundamental para o reequilibrar o pacto federativo, favorecendo para que os entes equilibrem suas
522 fontes de financiamento e as suas responsabilidades no âmbito do SUAS. A portaria também traz
523 aspectos que clarificam o processo de cálculo do percentual do pagamento de pessoal por exemplo,
524 assim como a prestação de contas, a execução, a reprogramação e o monitoramento. O Secretário
525 enfatiza que a portaria fortalece o papel do conselho e cita que esteve com o Presidente Edivaldo
526 Ramos em uma audiência sobre auditoria no Tribunal de Contas da União – TCU e que na ocasião
527 o próprio tribunal já reconhece que várias questões por eles levantadas já estavam encaminhadas e
528 solucionadas pela portaria, no entanto afirma também que ao mesmo tempo que o controle social é
529 empoderado quanto a gestão dos recursos, a portaria também responsabiliza mais o conselho, pois
530 sem a aprovação do mesmo, os recursos serão suspensos. Conclui reforçando que para a
531 implementação da portaria é importante a participação do Conselho Nacional e do todo o sistema de
532 conselhos desse processo e que sequência desse momento virá a discussão da portaria de blocos de
533 investimentos dos recursos da assistência social. Os Conselheiros parabenizaram o convidado pelas
534 informações apresentadas ao Pleno relacionadas a portaria nº 113/2015. O Presidente Edivaldo
535 Ramos agradece o convidado e solicita que a convidada Sra. Dulcelena Alves Martins faça os
536 complementos que julgar necessários na explanação do Secretário. A Diretora Dulcelena reforça a
537 importância da estrutura dos orçamentos para que os mesmos estejam em acordo com o orçamento
538 do MDS que respeita o PPA, ressalta também a necessidade de um planejamento bem elaborado,
539 evitando assim a manutenção do planejamento com a lógica fragmentada como era anteriormente.
540 A Diretora aproveita para apresentar o levantamento feito junto ao Banco do Brasil, onde e torno de
541 sessenta por cento dos municípios já fizeram a transferência dos recursos para as contas dos blocos
542 dos blocos e informa que em virtude das contas terem sido abertas em vinte e um de janeiro de dois
543 mil e dezesseis, o prazo de cento e vinte dias se encerrará em vinte e um de maio de dois mil e
544 dezesseis. O Presidente Edivaldo Ramos agradece a Diretora e abre para o pleno o debate do
545 assunto. As conselheiras Maria Lúcia, Maira Leilane, Célia Maria, o conselheiro Leovane Gregório
546 e o Presidente Edivaldo Ramos, apresentam as dificuldades que os municípios estão tendo em
547 relação a abertura das contas e também os desafios que podem surgir nas gestões das mesmas e na
548 utilização adequada dos recursos. A Vice-Presidente Léa Lúcia ressalta a importância desse debate
549 no pleno, assim como também ocorrido nas reuniões do Fórum Nacional de Secretários Estaduais

550 da Assistência Social – FONSEAS e nos Encontro Regionais do Colegiado Nacional de Gestores
551 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, garantindo assim a participação tanto da gestão
552 como do controle social. O Presidente Edivaldo Ramos indica o seguinte **Encaminhamento:**
553 retirada do manual que se encontra no site do CNAS que trata da matéria em questão e que a
554 comissão de financiamento juntamente com o FNAS faça uma revisão de acordo com o novo
555 cenário. Informa também que nos dias sete a nove de junho acontecerá a Reunião Descentralizada e
556 Ampliada – RDA, sendo uma boa ocasião para se levar informações e orientações aos entes. O
557 Secretário esclarece as questões apresentadas pelos conselheiros, enfatizando que as contas serão
558 abertas todas pelo FNAS e que algumas questões eventuais estão sendo tratadas diretamente com o
559 Banco do Brasil e que a sistemática dará mais autonomia aos entes que conseqüentemente terão
560 mais responsabilidades na utilização dos recursos, ou seja, o ente poderá optar em qual serviço
561 gastar os recursos transferidos, assim como também será possível acompanhar e monitorar o
562 cofinanciamento estadual por meio de sistemas contábeis desenvolvidos junto ao Banco do Brasil.
563 A Diretora Dulcelena informa que foi acordado com o Banco do Brasil que os municípios que
564 tivessem problemas na abertura das contas é que o gerente de cada agência procuraria o gestor para
565 a solução da situação encontrada e que de acordo com o caso o FNAS seria contactado para
566 cooperar também na solução, ressalta também que já foram enviados dois ofícios circulares
567 orientando os entes quanto aos procedimentos e o prazo de transferência dos recursos. O Secretário
568 José Dirceu solicita que o FNAS faça o envio ao Conselho da lista de documentos necessários a
569 abertura das contas dos entes federados. O Presidente Edivaldo Ramos complementa que a lista
570 será amplamente divulgada pelo site e pelo CNAS informa. A Conselheira Maira Leilane reforça a
571 fala da Diretora Dulcelena em relação a importância do planejamento para o uso adequado dos
572 recursos. A Conselheira Maria Lúcia coloca o CONGEMAS a disposição para a distribuição da lista
573 dos documentos, da mesma forma também o faz a Conselheira Célia Maria em relação ao
574 FONSEAS com vista a contribuir no processo. A Conselheira Telma Maranhão ressalta a
575 importância desse debate no âmbito do CNAS, sobretudo no aspecto da transparência da execução
576 dos estados, dado que a comissão de financiamento solicitou aos entes estaduais informações
577 quanto aos relatórios trimestrais e apenas seis conselhos responderam e afirmaram que não
578 acompanham e a aprovam esses relatórios. O Conselheiro Naelson Ferreira aponta a dificuldade que
579 os conselhos enfrentam, a exemplo de um caso que acompanhou onde o conselho aprovou o
580 orçamento e a Câmara de Vereadores não aprovou, gerando dessa forma uma situação ruim entre o

581 prefeito e os vereadores quanto a responsabilidade de se aprovar ou não o orçamento e a quem
582 realmente compete a aprovação. O Secretário agradece a sua a oportunidade de ter participado desse
583 pleno e cita que tinha inclusive dito na última reunião da CIT que viria ao Conselho Nacional
584 debater o assunto. A Diretora Dulcelena agradece também a oportunidade de participação e informa
585 ao conselheiro Naelson Ferreira que tomou conhecimento desse caso citado por meio da imprensa e
586 que assim que o Fundo for notificado, os fatos serão apurados e em relação dos documentos
587 necessários a abertura das contas enviará ao CNAS, CONGEMAS e FONSEAS. O Presidente
588 Edivaldo Ramos solicita a leitura das ausências justificadas. A Sra. Maria das Mercês de Avelino
589 Carvalho faz a leitura: *A Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco, nessa reunião ordinária,*
590 *devido a compromissos institucionais; a Conselheira Solange Teixeira no dia 13 de abril, devido a*
591 *compromissos institucionais; a Conselheira Elise Andreolla, nessa reunião ordinária, devido a*
592 *compromissos institucionais e a Conselheira Maria Lúcia, também no dia 13, devido a*
593 *compromissos institucionais.* **Item – Informes da Presidência Ampliada** - A Vice-Presidente Léa
594 Braga informa que são quatro informes, onde dois já constam da apresentação do documento que
595 trata dos prazos e faz a leitura dos demais “*Oficina Social no meio rural, ocorridos no dia 21 e 22 e*
596 *março, em Brasília, que é o objetivo de trazer esse debate da pertinência da ruralidade, das*
597 *questões rurais e dos desafios da Assistência Social. Isso, estivemos representantes do MDS, do*
598 *MDA, do FONSEAS e também do CNAS. O outro informe trata das informações em relação as*
599 *ações em curso sobre o apoio às famílias com microcefalia, a informação de a existência de uma*
600 *sala de situação permanente, com diálogos e apoio aos estados, o lançamento de normativas junto*
601 *com a saúde e com o INSS, para apoio às famílias com microcefalia e também a realização de*
602 *ações de apoio aos Governos Estaduais dos estados com maior índice de famílias com diagnóstico*
603 *de crianças com Microcefalia. Foram realizados em Pernambuco, em Rio Grande do Norte,*
604 *eventos junto com a saúde, com o INSS, com o Conselho Estadual da Assistência Social e da pessoa*
605 *com deficiência e os municípios orientando e construindo alternativas de apoiar. Ainda serão*
606 *realizados no Estado da Paraíba e da Bahia e também sinalizado o Piauí e o Ceará que são os*
607 *estados do Nordeste com maior índice de diagnósticos já dados. A reunião é um apoio para levar*
608 *informação e construir fluxos mais rápidos de apoio e atendimento a essas famílias, à criança e a*
609 *sua família como um todo.* ” **Item – Informes da CIT- O Conselheiro Anderson Lopes Miranda**
610 **– Representante do Movimento Nacional de População de Rua** – Informa que a reunião da CIT
611 ocorreu no dia seis de maio de dois mil e dezesseis e os assuntos pautados foram: a criação de uma

612 câmara técnica para estudar a regionalização dos serviços referentes a expansão de 2012 que não
613 foram implementados e dos estados que ainda não conseguiram fazer o aceite; Integra da câmara
614 técnica do ACESSUAS Trabalho e informa por fim que não houve nenhuma pactuação por ocasião
615 da reunião. **Item – Informes do FONSEAS - A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima –**
616 **Representante dos Estados, escolhida no Fórum Nacional dos Secretários de Estado da**
617 **Assistência Social – FONSEAS** – Informa que no dia cinco de maio de dois mil e dezesseis
618 ocorreu a reunião ordinária e mensal do FONSEAS para tratar da programação do Encontro
619 Nacional do FONSEAS que acontecerá nos dias 09 e 10 de maio, participaram da citada reunião
620 vinte e três estados. Cita também que o encontro vai acontecer no Centro de Convenções Israel
621 Pinheiro, o qual terá o seguinte tema: Avaliação e Revisão do Pacto de Aprimoramento do SUAS,
622 da Gestão Estadual no contexto e na elaboração do Plano Decenal e contará com a representação do
623 CNAS, FONSEAS e CONGEMAS na abertura. **Item – Informes do CONGEMAS - Maria Lúcia**
624 **Nogueira Linhares Marquim – Representante dos Estados, escolhida no Fórum Nacional dos**
625 **Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS** – Informa sobre o processo de
626 inscrições para a participação no Encontro Nacional do CONGEMAS que ocorrerá dos dias vinte e
627 três a vinte e cinco de maio em Brasília – DF. **Item – Leitura da Nota de repúdio ao uso**
628 **inadequado e pejorativo dos termos autismo/autista – A Conselheira Eufrasia Agizzio –**
629 **Representante da Associação Brasileira de Autismo** – Faz a leitura “*Nota de repúdio ao uso*
630 *inadequado e pejorativo dos termos autismo/autista. O Conselho Nacional de Assistência Social –*
631 *CNAS, em sua reunião Plenária de 12 de abril de 2016 vem a público manifestar por meio de nota*
632 *pública, seu repúdio a diversas ações e manifestações de jornalistas, políticos e outros sujeitos*
633 *políticos da Sociedade Civil no uso inadequado e pejorativo dos termos autismo e autista em*
634 *diversas situações já publicizadas pela mídia nacional. O CNAS esclarece que esses termos são*
635 *definidos na Lei 12764, de 27 de dezembro de 2012. No seu Artigo 1º institui a Política Nacional de*
636 *Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de aspecto autista, estabelece diretrizes para a*
637 *sua concessão. A Lei, ainda estabelece no seu § 1º que é considerada pessoa com transtorno do*
638 *aspecto autista, aquela portadora de síndrome clínica, caracterizada na forma dos seguintes*
639 *incisos: I – Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação*
640 *social, manifestada por deficiência marcada na comunicação verbal e não verbal usada para a*
641 *interação social. A ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações*
642 *apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Inciso II – Padrões restritivos e repetitivos de*

643 *comportamentos, interesses e atividades, manifestadas por comportamentos motores verbais*
644 *estereotipados ou por comportamentos sensoriais e comuns, excessiva aderência a rotinas e*
645 *padrões de comportamentos ritualizado. Interesses restritos e fixos. Em respeito a esses cidadãos e*
646 *cidadãs brasileiros e suas famílias, o CNAS, comprometido com a defesa dos direitos sociais e do*
647 *exercício Pleno da cidadania, vem a público manifestar-se contra atitudes preconceituosas como*
648 *essas. “O Presidente Edivaldo Ramos sugere ao pleno que a nota seja reformulada como nota de*
649 *apoio ao dia do autista que aconteceu no último dia dois de abril de dois mil e dezesseis e lida na*
650 *plenária de amanhã com o apoio das conselheiras Carmem, Jucileide e do conselheiro Alceu. **Item***
651 **– Informes do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS - A Conselheira MARGARETH**
652 **ALVES DALLARUVERA – Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais –**
653 *Informa que será realizado o 4º Seminário Nacional dos Trabalhadores do SUAS e o 1º Seminário*
654 *do Fórum dos Trabalhadores junto ao Fórum dos usuários do SUAS, que será realizado em*
655 *Florianópolis dia quinze e dezesseis de maio de dois mil e dezesseis com a participação dos dois*
656 *segmentos. **Item – Informe Dia Nacional do Sistema Braille – O Conselheiro Alceu Kuhn –***
657 **Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil –** *Registra que no último dia oito de*
658 *abril de dois mil e dezesseis foi comemorado o Dia Nacional do Sistema Braille. **Item – Informe 1º***
659 **Encontro Nacional de trabalhadores e trabalhadoras e usuários do SUAS da CTB –**
660 **Conselheira Patrícia Alves Vieira –** *Informa que nos dias vinte e vinte e um de maio de dois mil e*
661 *dezesseis será realizado o 1º Encontro Nacional de trabalhadores e trabalhadoras e usuários do*
662 *SUAS da CTB. Então vai ser aqui em Brasília – DF. **Item – Leitura do Relato da Comissão***
663 **Eleitoral e da proposta de regimento – O Conselheiro Anderson Lopes Miranda –**
664 **Representante do Movimento Nacional de População de Rua – Apresenta os seguintes dados:**
665 *Foram trinta e um candidatos habilitados, dez entidades, doze usuários, nove trabalhadores e vinte e*
666 *cinco eleitores, quinze entidades, sete usuários e três trabalhadores. “Proposta de Regime interno.*
667 *A assembleia de eleição para a escolha da Sociedade Civil, no Conselho Nacional de Assistente*
668 *Social, CNAS, gestão 2016-2018. Capítulo 1, do processo eleitoral, Artigo 1º A eleição pública na*
669 *representação da Sociedade Civil para gestão 2016/2018, do Conselho Nacional de Assistente*
670 *Social. O CNAS “3º - Qualquer manifestação diversa da estabelecida no parágrafo anterior, será*
671 *considerada rasura, portanto, sujeito à nulidade. § 4º - No caso de rasuras na cédula será*
672 *permitido um fornecimento de apenas mais uma, devendo a primeira ser cancelada e depositada*
673 *em envelope próprio a ser lacrada e rubricada pelos membros da mesa receptora e entregue*

674 *juntamente com a urna ao presidente da mesa coordenadora, devendo esse ato ser registrado em*
675 *ata. § 5º - A votação será realizada mediante dos/das eleitores/eleitoras, conforme a relação*
676 *publicada no Diário Oficial da União, credenciamento a assembleia, e credenciamento a*
677 *assembleia. § 6º - Cada representante qualificado apresentará documentos oficiais de identificação*
678 *e assinará a lista de eleitores, eleitoras ao lado da urna, diante à mesa receptora. § 7º - Pessoas*
679 *com deficiência poderão optar por emitir o seu voto com apoio da pessoa que ele designar, sendo*
680 *certo que para as com deficiência visual, será fornecida cédulas-guia e relação dos/das*
681 *candidatos/candidatas em braile. § 8º - Para eventual procedimento de votação de desempate será*
682 *disponibilizada cédula em cor diversa já dá existente, para manifestação do próprio punho, da*
683 *intenção de voto onde o eleitor deverá escrever o número original da cédula ou nome do candidato*
684 *ou da entidade que representa. Seção VII da apuração. Artigo 12 – Concluída a votação, a mesa*
685 *apuradora abrirá as urnas em local que possibilite o acompanhamento e visibilidade aos demais*
686 *presentes para o início da apuração dos votos por seguimento. § 1º - Serão considerados nulos os*
687 *votos que contenham: inciso I – Mais de três candidatos ou candidatas assinalados/assinaladas.*
688 *Inciso II – Rasuras de qualquer natureza. Inciso III – Ausência da assinatura dos membros da mesa*
689 *coordenadora. § 2º - Serão considerados eleitos como conselheiros titulares os três candidatos que*
690 *obtiverem o maior número de voto, na ordem de classificação por segmento e como conselheiros*
691 *suplentes os três candidatos subsequentes na ordem da classificação por segmento. Artigo 13 – Na*
692 *hipótese de empate na votação entre os candidatos, candidatas do mesmo segmento, as eleitoras do*
693 *referido segmento que estiverem presentes efetuarão nova votação para o desempate. § 1º - Será*
694 *encaminhado novo procedimento de votação para desempate somente entre os candidatos mais*
695 *votados. § 2º - Permanecendo o empate de votos entre os candidatos, as candidatas, eleitos/eleitas,*
696 *será considerado para efeito de classificação as pessoas com mais idade, de acordo com o seu*
697 *documento de identificação. Artigo 14 – Concluída a apuração dos votos, a mesa coordenadora*
698 *lavrará a ata e proclamará os/as eleitos/eleitas. §1º - A ata aprovada contendo os resultados da*
699 *eleição, registrando inclusive a presença do Ministério Público Federal do Distrito Federal, será*
700 *assinada pelos componentes da mesa coordenadora e encaminhada a presidência do CNAS para*
701 *publicação no Diário Oficial da União. § 2º - Uma via da ata será encaminhada a Ministra de*
702 *Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando providências para a posse dos*
703 *representantes da sociedade civil no CNAS, gestão 2016-2018. Artigo 15 – Os casos omissos serão*
704 *resolvidos pela coordenação da mesa e referenciados pela assembleia. Presidente da Comissão*

705 *Eleitoral.* “O Presidente Edivaldo Ramos abre para o que o pleno apresente os destaques da leitura
706 do regimento e submete o regimento a aprovação do pleno. Aprovado. **ENCERRAMENTO.** O
707 Presidente Edivaldo encerra o segundo dia de reunião, convidando a todos a retornarem às 9:00 do
708 dia seguinte. **ABERTURA.** O Presidente Edivaldo cumprimenta a todos e reinicia a reunião,
709 justificando o atraso em virtude da reunião da comissão eleitoral que deverá retornar no início da
710 tarde, solicita a Vice-Presidente que faça a sua saudação antes da instalação oficial da reunião. A
711 Conselheira Vice-Presidente Léa Lúcia deseja a todos um bom dia de trabalho e informa da
712 necessidade de se ter muita objetividade na presente reunião para não prejudicar a participação de
713 alguns Conselheiros no encontro do CONGEMAS da Região Sul. O Presidente pede então a
714 Secretária Executiva que confira o Quórum. A Secretária Executiva Maria das Mercês saúda a todos
715 e realiza a conferência do quórum, Conselheiros na titularidade: conselheira Telma Maranhão;
716 conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; conselheiro José Crus; conselheira Célia Melo Lima;
717 conselheiro Thiago Cabral; conselheira Cláudio Faquinote; conselheira Márcia de Carvalho Rocha;
718 conselheiro Alceu Kuhn; conselheiro Anderson Miranda; conselheiro Samuel Rodrigues;
719 conselheiro Edivaldo da Silva Ramos; conselheira Laís Mendonça; conselheiro Fábio Bruni.
720 Conselheiros na suplência: conselheira Maira Almeida; conselheiro Carlos Nambu; conselheira
721 Aldenora Gomez González; conselheira Carmem Lúcia Fogaça; conselheira Eufrásia Agizzio;
722 conselheira Margareth Dallaruvera; conselheira Jucileide do Nascimento; conselheiro Leovane
723 Gregório. O Presidente Edivaldo Ramos informou a Conselheira Telma que as questões de matéria
724 orçamentária requerem quórum qualificado, portanto seria importante antecipar o relato da
725 Comissão de Financiamento logo na sequência do relato da comissão de política, considerando
726 também que no período da tarde a comissão eleitoral voltará a se reunir e afetará o quórum
727 qualificado, colocou em votação e não havendo objeção ficou acatada a antecipação do relato. **Item**
728 – **Relato da Comissão de Política.** O Conselheiro Anderson Lopes Miranda – Representante do
729 Movimento Nacional de População de Rua fez a leitura: *“Reunião da comissão de política de*
730 *Assistência social, abril de 2016. Memória da reunião 03/2015; data: 11/04/2016; das 9h às 16h;*
731 *CNAS, Esplanada dos Ministérios, anexo, bloco F, Ala A sala 108. Conselheiros e conselheiras*
732 *presentes: Anderson Lopes Miranda; Márcia de Carvalho Rocha, Coordenadora-Adjunta; Célia*
733 *Maria de Souza Melo Lima; Edivaldo da Silva Ramos; Eufrásia Agizzio; José Crus; Jucileide*
734 *Ferreira do Nascimento; Margareth Alves Dallaruvera; Mariana Souza Silva. Participantes:*
735 *Rubens Bias Pinto, analista de políticas sociais da Coordenação-Geral da criança e aleitamento*

736 *materno e representante do conselho nacional de direitos da criança e do adolescente, CONANDA;*
737 *Taís Fonseca Veloso de Oliveira, analista técnica em políticas sociais, Coordenação-Geral de*
738 *saúde das mulheres; Cristina Marques, diretora Adjunta do departamento de ações programáticas,*
739 *estratégicas DAPS/SAS/MS; Pedro Henrique M Carneiro, assessor técnico da Coordenação-Geral*
740 *de saúde mental, álcool e outras drogas, CGMAD/DAPS/SAS/MDS; Isadora Simões de Souza,*
741 *assessora técnica da Coordenação-Geral de saúde mental, álcool e outras drogas, CGMAD;*
742 *Mônica Alves da Silva, DGSUAS/MDS. Secretaria-executiva: Maria Auxiliadora Pereira; Carolina*
743 *Ribeiro; Ana Tereza Gomes; Maria Antônia P. Valente; Rosyele Bonfim. 1) Apresentação da nota*
744 *técnica conjunta nº 1/2016 SAS e SGP do ministério da saúde. O senhor com Rubens Bias Pinto da*
745 *Coordenação-Geral da criança e aleitamento materno do ministério da saúde e conselheiro do*
746 *CONANDA informou que a referida nota técnica que foi construída em intersetorialmente pelo*
747 *CONANDA e Ministério da Saúde tendo como foco a atenção integral à saúde das mulheres e*
748 *adolescentes em situação de rua e/ou usuários de crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos.*
749 *A motivação para a aprovação desta nota deu-se em função das práticas do ministério público em*
750 *algumas cidades/estados. E considerando que vários outros entes federados também vêm decidindo*
751 *pela adoção dos filhos, mães usuários de drogas. A partir de uma ampla discussão intersetorial*
752 *sobre o tema em questão, foi possível alterar o artigo 19 do estatuto da criança e do adolescente*
753 *por meio da lei nº 13.257/2016, que ficou com a seguinte redação: "É direito da criança e do*
754 *adolescente ser criada e educado no seio de uma família e excepcionalmente em família substituta,*
755 *assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta o seu desenvolvimento*
756 *integral." Essa nota é direcionada a gestores, conselheiros e profissionais de saúde de todo o país.*
757 *O Sr. Rubens aproveitou a oportunidade para informar que o CONANDA aprovou em 11 de*
758 *dezembro de 2015 a resolução nº 177, que dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de*
759 *não serem submetidos a excessiva medicação. Encaminhamento: A comissão de política recomenda*
760 *formular nota técnica conjunta, ministério da saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e*
761 *combate à fome, considerando que a política de Assistência social venha atuando*
762 *intersetorialmente com esse público e seus equipamentos e por meio dos serviços socioassistenciais*
763 *e programas. Essa nota será apreciada pela comissão de política em maio e será amplamente*
764 *divulgada aos conselhos e Secretaria de Assistência Social, saúde, direitos da criança e do*
765 *adolescente nos conselhos nacional de política sobre drogas, CONANDA, CONAD no ministério*
766 *público e procuradoria geral de defesa dos direitos do cidadão. Ampliar o diálogo com outros*

767 *conselhos e setores, como conselho nacional do ministério público, a procuradoria geral da defesa*
768 *dos direitos do cidadão entre outros, visando ampliar o debate sobre a situação da desproteção*
769 *social e estratégias/mecanismos de proteção social. 2) Apreciação da proposta da resolução que*
770 *estabelece os parâmetros para a supervisão técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência*
771 *Social/SUAS em consonância com a política nacional de educação permanente do Sistema Único*
772 *de Assistência Social, PNEP/SUAS. O Sr. José Crus, diretor de gestão do Sistema Único de*
773 *Assistência Social informou que essa resolução vem sendo construída desde o ano passado em*
774 *conformidade com a política nacional de educação permanente do Sistema Único de Assistência*
775 *Social aprovada pelo CNAS e contou com a contribuição de especialistas da área da Assistência*
776 *Social da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, SAGI/MDS e da mesa nacional de*
777 *gestão do trabalho no sistema único de assistência social. Em seguida, a senhora Mônica Alves*
778 *Silva, DGSUAS/MDS, apresentou a proposta de resolução que foi discutida e aperfeiçoada pela*
779 *comissão. Encaminhamento: A comissão de política submete à aprovação da plenária do CNAS a*
780 *resolução anexa e estabelece parâmetros para a supervisão técnica no âmbito do Sistema Único de*
781 *Assistência Social, SUAS, em consonância com a política nacional de educação permanente do*
782 *Sistema Único de Assistência Social, PNEP/SUAS. 3) Continuação da discussão do plano de ação*
783 *da comissão de política de Assistência social. Encaminhamento: A comissão de política definiu por*
784 *enviar o plano de ação para que os conselheiros e conselheiras possam enviar ao CNAS*
785 *contribuições de redação até o dia 6 de maio considerando a necessidade de: a) detalhar as ações,*
786 *metas não priorizadas; b) definir prioridades e responsáveis considerando que o plano de ação tem*
787 *duração de dois anos, 2016 e 2017. 4) Definição da pauta da reunião de maio: 9 h, finalização do*
788 *plano de ação; 11 h, a apreciação da nota técnica conjunta MDS/MS; convidados: ministério da*
789 *saúde, secretaria de direitos humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome,*
790 *consiga nacional do direito da criança e do adolescente, CONANDA, conselho nacional do*
791 *ministério público, CNMP e Procuradoria-Geral de defesa dos direitos de cidadão. Apreciação da*
792 *resolução, CONANDA 177/2015, que dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não*
793 *serem submetidos à excessiva medicação. 14 h: discussão sobre a introdução, instrução*
794 *operacional que estabelece procedimentos, rotinas conjuntas de atenção às famílias no âmbito do*
795 *Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde no enfrentamento ao mosquito*
796 *Aedes Aegypti e atenção às famílias com casos de Microcefalia. Convidar Ministério da Saúde,*
797 *Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Solicitar a representação da comissão de*

798 *acompanhamento de benefícios e transferência de renda no debate da referida instrução*
799 *operacional no âmbito da comissão de política. Anderson Lopes Miranda, coordenador da*
800 *comissão de política de Assistência social." Em seguida o Presidente Edivaldo Ramos submete o*
801 *relato da Comissão de Política à apreciação da plenária, não havendo posicionamento contrário o*
802 *Presidente a realização da leitura da minuta de resolução. O Conselheiro José Crus procede a leitura*
803 *da minuta que versa sobre "Parâmetros para a supervisão técnica no âmbito do Sistema Único de*
804 *Assistência Social em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS",*
805 *O conselho nacional de Assistência social em reunião ordinária realizada nos dias de março de*
806 *2015, no uso da competência conferida no artigo 18 da lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, Lei*
807 *Orgânica da Assistência Social e considerando a lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe*
808 *sobre a organização da Assistência Social, LOAS; considerando a resolução 145, de 15 de outubro*
809 *de 2004 do CNAS que aprova a política nacional de Assistência social; considerando a resolução*
810 *269, de 13 de dezembro de 2006 do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de recursos*
811 *humanos do SUAS, NOB/RH SUAS; considerando a resolução 210/2007 do CNAS que aprova as*
812 *metas nacionais do plano decenal de assistência social; considerando a resolução nº 109, de 11 de*
813 *novembro de 2009 do CNAS, que aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais;*
814 *considerando a resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 do CNAS, que aprova a Norma*
815 *Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; considerando a resolução nº 17, 20 de*
816 *julho de 2011 do CNAS, que ratificou a equipe de referência definida na NOB/RH SUAS e*
817 *reconheceu as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos*
818 *serviços e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social; considerando o*
819 *disposto da resolução nº 4, de 13 de março de 2013, que aprova a política nacional de educação*
820 *permanente do SUAS; considerando a resolução nº 9, 15 de abril de 2014, do CNAS que ratifica e*
821 *reconhece as ocupações e áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do*
822 *Sistema Único de Assistência Social em consonância com a Norma Operacional Básica de recursos*
823 *humanos, NOB/RH SUAS resolve: Artigo primeiro: Estabelecer parâmetros nacionais para a*
824 *implementação, desenvolvimento e certificação da supervisão técnica como a ação de capacitação*
825 *do Sistema Único de Assistência Social em consonância com os princípios e diretrizes da política*
826 *nacional de educação permanente do SUAS; Artigo segundo: Na qualidade de ação de capacitação*
827 *compreendida no âmbito da NOBSUAS de 2012 e da política nacional de educação permanente do*
828 *SUAS de 2013 a supervisão técnica deve ser orientada e efetivada a partir da suas diretrizes e*

829 *princípios atendendo a perspectiva política e pedagógica da educação permanente, com foco na*
830 *centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais ancoradas na*
831 *interdisciplinaridade, na aprendizagem significativa, na historicidade, na diversidade cultural e*
832 *territorial e no desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo Sistema Único de*
833 *Assistência Social; Artigo terceiro: Entende-se por supervisão técnica no SUAS um tempo na*
834 *organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo*
835 *coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, as suas*
836 *práticas profissionais, as articulações com território na perspectiva e institucional e intersetorial;*
837 *Artigo quarto: A supervisão técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos,*
838 *metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas*
839 *alternativas de intervenção aos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Assistência*
840 *Social e levar a qualidade do provimento dos serviços, dos programas, dos projetos, dos benefícios,*
841 *Benefício de Prestação Continuada e os benefícios eventuais e transferência de renda, o programa*
842 *Bolsa Família e da gestão do sistema, contribuindo para ressignificação das ofertas da Assistência*
843 *Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas na*
844 *perspectiva da garantia de direitos. § 1º - São funções do SUAS: proteção social, Vigilância*
845 *Socioassistencial e defesa de direitos. § 2º - As seguranças socioassistenciais afiançadas pelo*
846 *Sistema Único de Assistência Social são acolhidas renda, convívio ou vivência familiar,*
847 *comunitária e social, desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílio; Artigo quinto: São objetivos*
848 *específicos da supervisão técnica do Sistema Único de Assistência Social: 1) Promover um espaço*
849 *de escuta e de diálogo entre membros das equipes; 2) Contribuir para o aperfeiçoamento*
850 *profissional, técnico e ético político dos trabalhadores do SUAS buscando de forma contínua e*
851 *permanente a qualidade e a efetividade no exercício de suas atribuições; 3) Fomentar entre os*
852 *trabalhadores e trabalhadoras do SUAS a reflexão e o estudo conjunto das questões relacionadas*
853 *ao seu cotidiano de trabalho e práticas profissionais na perspectiva de melhor desenvolver as*
854 *capacidades e competências coletivas; 4) Produzir subsídios para a proposição de novas práticas e*
855 *técnicas profissionais, metodologias e novos processos e rotinas de trabalho, visando a superação*
856 *de desafios, limitações e dificuldades enfrentadas pelas equipes profissionais do SUAS; 5)*
857 *Aprofundar e aprimorar os conhecimentos teóricos e práticos sobre os fenômenos, com textos e*
858 *dinâmicas sociais dos territórios de forma a superar visões reducionistas da realidade brasileira e*
859 *dos sujeitos destinatários dos direitos sociais; 6) Promover processos de reflexão e autoreflexão*

860 *que contribuam para o rompimento de práticas preconceituosas, assistencialistas e*
861 *estigmatizadoras e para a ampliação da percepção sobre si e seu papel, sobre o outro e sobre a*
862 *sociedade brasileira na perspectiva do direito e do respeito à diversidade; 7) Desenvolver*
863 *capacidade de trabalho colaborativo, horizontal e interdisciplinar entre os membros das equipes*
864 *proporcionando o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre as diferentes equipes*
865 *profissionais do SUAS; 8) Estimular a construção de ações voltadas ao território como meio de*
866 *ampliar o conhecimento sobre as necessidades, demandas sociais potencialidades da população e*
867 *do território para o fortalecimento do vínculo comunitário e de sua capacidade protetiva. Artigo*
868 *sexto: A supervisão técnica é sempre uma estratégia de formação coletiva que pode ser*
869 *desenvolvida com base em diferentes abordagens e técnicas, devendo ser orientada pelas*
870 *necessidades das equipes participantes e propiciada ampla participação. § 1º - A supervisão*
871 *técnica configura-se como ação continuada de qualificação profissional que deve ser estruturada*
872 *por um período de no mínimo seis meses. § 2º - Devem ser previstas no mínimo 4h mensais para a*
873 *supervisão técnica para cada grupo de trabalho, com no mínimo vinte profissionais com*
874 *periodicidade preferencialmente quinzenal. § 3º - A supervisão técnica poderá ser considerada*
875 *interna quando o supervisor integrar o quadro de profissionais da Assistência Social ou externa*
876 *quando requerer especialistas externos em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pelas*
877 *equipes profissionais do SUAS. § 4º - As instituições de ensino integrantes da rede nacional de*
878 *capacitação e educação permanente do SUAS podem ser mobilizadas por meio de fomento, termo*
879 *de cooperação ou consórcios para apoiar e operacionalizar as atividades de supervisão técnica.*
880 *Artigo sétimo: A supervisão técnica pode ser oferecida em: 1) âmbito local, compreendendo as*
881 *equipes profissionais de um município e do DF; 2) âmbito regional, compreendendo equipes*
882 *profissionais de mais de um município coordenada em âmbito estadual ou por meio de consórcios*
883 *intermunicipais ou termo de cooperação ou de fomento; 3) âmbito estadual, compreendendo as*
884 *equipes estaduais responsáveis pelas funções de gestão e pela execução do serviço de caráter*
885 *regional; 4) âmbito nacional, compreendendo a equipe do governo federal responsável pela gestão*
886 *e coordenação nacional da política nacional de Assistência social. Artigo oitavo: A implementação*
887 *das ações de supervisão técnica do SUAS deve estar respaldada no diagnóstico de problemas e*
888 *levantamentos de necessidades de capacitação de formação identificadas no plano de educação*
889 *permanente de cada ente federado e ainda terá como base o roteiro específico do qual deverá*
890 *constar: 1) diagnóstico contendo dentre outros equipes profissionais envolvidas; b) trabalho social*

891 *desenvolvido; c) atribuições das equipes profissionais; d) local de trabalho das equipes*
892 *profissionais; e) limitações, dificuldades, desafios ao trabalho das equipes de profissionais; f)*
893 *potencialidades e habilidades que favoreçam o trabalho das equipes de profissionais. 2) meios e*
894 *recursos necessários para a construção coletiva de superação e respostas aos desafios*
895 *diagnosticados. 3) formas de acompanhamento da aplicação das respostas formuladas e de*
896 *avaliação e monitoramento dos resultados alcançados. § 1º - O supervisor é o responsável pela*
897 *sistematização do processo. § 2º - O órgão gestor deve apoiar as equipes de profissionais da gestão*
898 *e do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda na*
899 *implementação e reformulação dos processos de trabalho, cuja necessidade for identificada na*
900 *supervisão técnica por meio da gestão do trabalho do SUAS. Artigo nono: O público das ações de*
901 *supervisão técnica é composto pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social*
902 *integrantes das equipes profissionais ou grupos de trabalhos da gestão, do provimento de serviços,*
903 *programas, projetos e benefícios e transferência de renda e do controle social do SUAS, e deve*
904 *reunir profissionais de diferentes funções e níveis de formação, quando estes compartilharem de*
905 *um mesmo campo de responsabilidade. Artigo décimo: A supervisão técnica será certificada pelas*
906 *instituições de ensino, credenciadas na rede nacional de capacitação e educação permanente ou*
907 *pelo núcleo de educação permanente. § 1º - A supervisão técnica compõe o percurso formativo dos*
908 *trabalhadores do SUAS, portanto, deve ser considerado na sua progressão funcional. § 2º - Os*
909 *critérios para certificação das práticas serão definidos de forma descentralizada pelos entes*
910 *federados, considerando os parâmetros estabelecidos por essa resolução. Artigo 11: O*
911 *planejamento e a execução das ações de supervisão técnica do SUAS devem ser coordenadas pela*
912 *gestão do trabalho do SUAS com a participação do núcleo de educação permanente e quando*
913 *houver articulados e integrados com os cursos disponíveis no âmbito do programa nacional de*
914 *capacitação do SUAS, CapacitaSUAS. Artigo 12: Na seleção do supervisor ou supervisora, interno*
915 *ou externo, deve ser considerado os seguintes perfis: 1) supervisor interno, trabalhador da*
916 *Assistência Social preferencialmente efetivo com mais de cinco anos de atuação na política de*
917 *Assistência social e experiência na gestão e do provimento dos serviços e benefícios. Necessita*
918 *dominar conhecimentos teóricos sobre as ações cotidianas, tais como legislações e orientações*
919 *técnicas, mas, principalmente, deve apresentar perfil de liderança democrática de equipe,*
920 *capacidade de escuta qualificada e com compartilhamento de experiências, suas características*
921 *devem levá-lo a promover a localização dos processos pelo diálogo e levantamento de situações do*

922 cotidiano a serem superados coletivamente. 2) Supervisores externo, profissional com expertise
923 sobre determinada área preferencialmente integrante de instituições de ensino credenciada na rede
924 nacional de educação permanente do SUAS, convidado a partir das necessidades de aprendizagem
925 identificadas pela equipe com capacidade de identificar e propor soluções para superação de
926 problemas e dificuldades, visando ao aprimoramento dos processos de trabalho. Deve possuir
927 experiência prática e pedagógica articulada com o conhecimento teórico, especialista sobre
928 determinado tema do cotidiano dos processos de trabalho incluindo questões de natureza
929 educacional, psicológica, interrelacional e técnica. Artigo 13 - Outras ações de capacitação e
930 formação integram os percursos formativos estabelecidas pela política nacional de educação
931 permanente do SUAS devem estar articuladas e integradas com a supervisão técnica do SUAS.
932 Artigo 14 - Outras ações e estratégias educativas podem ser realizadas de forma articulada e
933 complementar as ações de supervisão técnica, tais como seminários, mesas redondas, jornadas,
934 oficinas. § 1º - São ações articuladas e complementares àquelas realizadas de forma a compor um
935 processo de formação, buscando qualificá-lo e aprimorá-lo. § 2º - Para efeitos dessa resolução,
936 compreende-se por: seminário - aula, encontro didático ou reunião especializada para debate e
937 estudos aprofundados sobre o tema específico com o apoio de um especialista, deve ter duração
938 mínima de 3h; mesa redonda - reunião intermediada por um coordenador para debate de um tema
939 de estudo, pesquisa ou prática compartilhado pelos profissionais, deve ter duração mínima de 3h;
940 jornada - evento que reúne os profissionais da área em torno de temas e atividades de ensino,
941 pesquisa e extensão que envolva a Assistência Social por meio da apresentação de projetos de
942 pesquisa, de extensão e relatos de experiências. Pode ser aberto ao público com o objetivo de
943 mobilizar e divulgar pesquisas e práticas profissionais no âmbito da Assistência Social, deve ter
944 duração mínima de um dia compreendendo 8h de duração; oficina - exposição presencial
945 dialogada e trabalhos grupais, mediada por profissionais visando auxiliar os participantes na
946 apreensão conceitual que fundamenta a abordagem de gestão por meio do estabelecimento de
947 relações, dinâmica entre a reflexão teórico prática, leitura da realidade em diferentes escalas
948 nacional, regional, estadual, local contemplando as particularidades e diversidades socioculturais
949 de contextos e desigualdades socioterritoriais, as experiências e os conhecimentos trazidos pelos
950 sujeitos do processo, deve ter duração mínima de 2h. Artigo 15 - Esta resolução entra em vigor a
951 partir da data de sua publicação. O Presidente Edivaldo Ramos propõe a discussão da minuta em
952 discussão, sugere, inicialmente que seja suprimido o “Considerando a Resolução nº 210/2007 que

953 aprova as metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social” de uma vez que o objeto da
954 norma já foi alcançado. O Conselheiro José Crus concordou com a supressão. A Conselheira Célia
955 Maria, pediu a palavra para parabenizar o trabalho da Secretaria Nacional de Assistência Social e
956 registrar a importância dessa resolução para a para processo de educação permanente dos
957 trabalhadores, conselheiros e gestores do SUAS. O Presidente Edivaldo Ramos apresenta outro
958 destaque no Artigo 12 que fossem desmembrados os incisos para que ficasse mais pedagógico. O
959 Conselheiro Anderson Lopes também parabeniza o trabalho do DGSUAS, o empenho da comissão
960 e agradece ainda o importante assessoramento que tem recebido da equipe técnica da Secretaria
961 Executiva do CNAS. Não havendo mais inscrições o Presidente Edivaldo Ramos, agradece e
962 parabeniza, ressalta a importância do fluxo que foi seguido, registra o quanto o SUAS cresceu
963 considerando que atualmente se encontra em quase 100% dos municípios brasileiros. Superados os
964 destaques o Presidente submeteu a resolução à apreciação da plenária, a resolução foi aprovada. O
965 Conselheiro José Crus agradece o acolhimento da resolução no Pleno e cita a importante
966 contribuição deixada pela Neiri Bruno de São Paulo quando sistematizou uma experiência na região
967 do ABC e enviou para a SNAS, destaca ainda a participação dos servidores e/ou prestadores: Eliana
968 Teles, Mônica, Sylvia, Adrielle, Stella, Juliano, Sérgio e Alessandro, enfim toda a equipe da gestão
969 do trabalho do SUAS e por fim parabenizou a condução do Conselheiro Anderson Lopes,
970 coordenador da Comissão de Política. A Vice-Presidente Léa Lúcia acrescenta sobre a importância
971 dessa resolução na estruturação e na qualificação do Sistema Único de Assistência Social, dando
972 assim continuidade ao processo de profissionalização do sistema, destaca também a importante
973 participação da SAGI no tocante ao aprimoramento do CapacitaSUAS. O Presidente Edivaldo
974 Ramos submete os demais itens do relato ao pleno. O Conselheiro Anderson Lopes entende
975 necessária a realização de uma reunião conjunta das Comissões de Normas e Políticas para junho
976 conforme o relato apresentado. Não havendo mais objeções o relato foi aprovado. **Item – Relato da**
977 **Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.** O Conselheiro Fábio Bruni –
978 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome realiza a leitura da
979 memória da referida Comissão: *"Memória da reunião da comissão de financiamento e orçamento*
980 *da Assistência Social, abril/2016. Reunião 01/2016; na data de 11/4/2016; horário das 9h às 13h;*
981 *local Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco F, 1º andar, sala 139. Conselheiros presentes:*
982 *Telma Maranhão, coordenadora; Fábio Moassabi Bruni; Maira Leilane Oliveira Almeida; Samuel*
983 *Rodrigues; Naelson da Silva Ferreira; Patrícia Alves Vieira; Carmem Lúcia Lopes Fogaça;*

984 Laurimara Batista de Almeida Campos, chefe de divisão do FNAS/SNAS/MDS e da Secretaria-
985 Executiva do CNAS: Maria das mercês; Becchara Miranda; Suzane Gonçalves; Leila Montalvão; e
986 Thalita Eleto. Convidados: Dulcelena Martins, Diretora-Executiva do Fundo Nacional de
987 Assistência Social. 1) *Apreciação do relatório final de execução orçamentária e financeira*
988 *referente a ação 8249, funcionamento dos conselhos, exercício de 2015, convidados e Secretaria-*
989 *Executiva do CNAS. A Secretária-Executiva do conselho nacional de Assistência social, Maria das*
990 *Mercês, e o técnico Becchara Miranda apresentaram um relatório da execução orçamentária e*
991 *financeira do exercício de 2015 da ação 8249 em funcionamento dos conselhos. Na ocasião foi*
992 *esclarecido que o referido relatório contempla as realizações desse CNAS compreendidas no ano*
993 *de 2015 no que tange às ações executadas. No entanto, quanto à execução orçamentária e*
994 *financeira foi considerado como base a posição do SIAF 10 de fevereiro de 2016. A lei 13.115, 20*
995 *de abril de 2015, Lei orçamentária anual aprovou a operação 8249, funcionamento dos conselhos*
996 *Assistência Social o orçamento solicitado de R\$ 9.011.483,00. 1.1) Das que reuniões e realizações.*
997 *Para cumprir sua função institucional de controle social no exercício de 2015 destacamos: a)*
998 *aprovação de 14 resoluções: resolução CNAS número um a número 14/2015 publicadas no diário*
999 *oficial da união e publicizadas no sítio eletrônico do CNAS; b) realização de dez reuniões*
1000 *ordinárias, sendo uma de caráter ampliada e descentralizada em abril em Brasília/DF que teve*
1001 *como tema processo de conferências de assistência social de 2015 e contou com a participação de*
1002 *300 pessoas, entre conselheiros municipais, estaduais e do DF, gestores e trabalhadores e usuários*
1003 *e entidades não-governamentais. c) realização de uma reunião extraordinária para tratar do*
1004 *processo eleitoral da sociedade civil que ocorrerá em 2016; d) realização de quatro reuniões*
1005 *regionais onde o CNAS convoca e interage com o CEAS e CAS/DF para efetivar um diálogo*
1006 *permanente e a busca de aprimoramentos para o fortalecimento do controle social do SUAS; e)*
1007 *aprovação dos parâmetros e da proposta orçamentária para Assistência Social relativo ao*
1008 *orçamento de 2016 por meio das resoluções do CNAS número 7 e 10/ 2015; f) realização da*
1009 *décima conferência nacional de Assistência social no período de 7 a 10 de dezembro de 2015 no*
1010 *Centro de Convenções Ulysses Guimarães com o tema "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2016 e o*
1011 *lema pacto republicano do SUAS rumo a 2026 - O SUAS que temos e o SUAS que queremos", e*
1012 *contou com 1810 participantes credenciados, dentre eles delegados, convidados e servidores do*
1013 *MDS. 1.2) das diárias e passagens. O plano interno, PI, referentes às diárias e deslocamentos*
1014 *considerando os valores empenhados e os devidamente pagos teve uma execução de 34% na mesma*

1015 *condição de empenho e pagamento o plano interno referente as passagens aéreas teve uma*
1016 *execução de 37%, considerando a dotação orçamentária para o exercício de 2015. É importante*
1017 *ressaltar que esses PIs foram afetados com o corte de aproximadamente 22% pelo processo de*
1018 *contingenciamento orçamentário de acordo com o decreto 8456/2015 que estabeleceu o*
1019 *cronograma mensal de desembolso do poder executivo para o exercício de 2015, o qual culminou*
1020 *internamente na expedição da portaria 246, de 30 de junho de 2015, que versava sobre a limitação*
1021 *de empenho que este foi para o CNAS limitado no valor de R\$ 1.454.689,11 e comunicado por meio*
1022 *do memorando nº 736/2015 GAB/SE/MDS. 1.3). Dos contratos e aquisições. A execução dos planos*
1023 *internos, PIs, serviços de libras e taquigrafia ocorreu em conformidade com as necessidades de*
1024 *utilização dos serviços dentro do prazo de vigência do contrato das empresas licitadas com o*
1025 *CNAS. 1.4) Da X Conferência nacional de Assistência social. A execução do plano interno, PI, da*
1026 *X Conferência nacional de Assistência social contava com a dotação orçamentária inicial de*
1027 *R\$3.500.000,00. Após a pesquisa mercadológica o valor estimado do mapa de preços para a*
1028 *contratação era de R\$4.926.941,86. Nesse sentido, foi realizado um esforço de empenho por meio*
1029 *do remanejamento de outros PIs no valor de R\$ 1.426.941,86. Por fim, no dia 6/11/2015 às 9 h30*
1030 *foi aberta a sessão pública do pregão 29/2015 para a apresentação de propostas das empresas que*
1031 *estavam concorrendo o pleito de realização e organização da X Conferência nacional de*
1032 *Assistência social. Nessa fase houve classificação da empresa Cantuários Locação e Serviços e*
1033 *Eventos LTDA., a mesma apresentou documentação inicial em tempo hábil e o CNAS fez a devida*
1034 *análise, com isso, achou por bem diligenciar a mesma para o saneamento de algumas dúvidas e*
1035 *esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento do objeto. Na sequência, o CNAS avaliou e*
1036 *deu prosseguimento no trâmite de contratação da empresa citada e essa executou contrato no valor*
1037 *de R\$ 2.284.997,72. Conforme as especificações já apresentadas, no item 2,1 das reuniões e*
1038 *realizações letra F. 1.5) demais PIs. Os planos internos, PIs, apoio ao espaço democrático de*
1039 *participação, impressão e encadernação de material instrucional e manutenção e fortalecimento*
1040 *dos conselhos municipais, estaduais do DF são destinados a apoiar as ações do CNAS a exemplo*
1041 *das reuniões trimestrais, descentralizadas e ampliadas, das publicações de materiais de consumo*
1042 *como: blocos de anotações, bolsas, adesivos e outras. 1.6) a análise. A execução final apresentada*
1043 *com percentual de 44% devidamente pagos decorridos do exercício de 2015 ocorreu dentro do*
1044 *padrão de normalidade. 1.7) execução da ação 8249, exercício de 2015. Assim, a execução do*
1045 *CNAS em 2015 teve a seguinte dinâmica: dotação inicial de R\$9.011.483,00, teto contingenciado 7*

1046 milhões, empenhado R\$4.777.609,00. A liquidar R\$ 852.936,00 e pago R\$3.924.633,00. A
1047 comissão sugere a plenária o encaminhamento: a aprovação do relatório final de execução
1048 orçamentária e financeira referente a ação 8249, funcionamento dos conselhos do exercício de
1049 2015. 2) A apresentação do relatório de execução orçamentária e financeira final de exercício de
1050 2015, FNAS. Convidado a FNAS. A Diretora-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social,
1051 Dulcelena Martins, apresentou o relatório de execução orçamentária e financeira do FNAS
1052 apurado pelo regime de caixa no período de janeiro a dezembro de 2015. A lei 13.115, de 20 de
1053 abril de 2015, lei orçamentária anual, aprovou para o FNAS orçamento de R\$44.999.537.129,00.
1054 No decorrer do exercício foi acrescido na dotação inicial o valor de R\$929.168.654,00, totalizando
1055 R\$ 45.419.700.779,00 que apresentaremos sobre o título "Benefícios assistenciais, serviços,
1056 programas, projetos e gestão". 2.1) Despesas com benefícios assistenciais. Na ação 00H5 BPCI
1057 RMV pessoa idosa, coluna A: R\$18.459.762.377,00; coluna B: R\$18.459.762.377,00; coluna C,
1058 vou ler a segunda linha, colunas A e B, porque na coluna C elas se juntam: 00INBPC RMV pessoa
1059 com deficiência, dotação atualizada coluna A: R\$ 23.338.421.239,00; coluna B: R\$
1060 23.338.421.239,00; coluna C, totalizando linhas BPC pessoa idosa e pessoa com deficiência R\$
1061 40.333.589.878,00; coluna D: 100% para ambas linhas; coluna E: 96% para ambas linhas. Então
1062 um subtotal BPC e RMV: coluna A: R\$ 41.798.183.616,00; coluna B: R\$ 41.798.183.616,00;
1063 coluna C: R\$ 40.313.589.878,00; coluna D: 100%; coluna E: 100%. Operações especiais: ação
1064 00005, cumprimento de sentença judicial em transitado e julgado. Coluna A: R\$ 119.559.087,00;
1065 Coluna B: R\$ 119.548.698,00; Coluna C: R\$ 119.548.698,00, portanto, coluna D e E 100%. 0625 -
1066 Cumprimento de sentença judicial transitado e julgado de pequeno valor: Coluna A: R\$
1067 760.194.700,00; Coluna B: esse mesmo valor; Coluna C: esse mesmo valor; coluna D e E 100%.
1068 Ação 0536 benefícios e pensões indenizatórias: Coluna A: R\$ 3 milhões; Coluna B: 0; Coluna C:
1069 0; D e E 0%. Segundo subtotal: Coluna A: R\$ 882.744.737,00; Coluna B: R\$ 879.743.398,00; este
1070 mesmo valor para a coluna C; e Coluna D e E, portanto, 100%. E um total geral da ação total de
1071 BPC e RMV e desse segundo de referência a cumprimento de ação judicial, total geral deu R\$
1072 42.688.928.353,00; Coluna B: R\$ 42.677.927.014,00; Coluna C: R\$ 41.193.333.276,00,
1073 totalizando 100% na coluna D e 97% na coluna E. Fora da tabela: reforçamos que o orçamento do
1074 Benefício de Prestação Continuada, BPC, e da renda mensal vitalícia é alocado no MDS, a quem
1075 compete a sua gestão acompanhamento e avaliação. A operacionalização desses benefícios
1076 compete ao instituto nacional de seguro social, INSS. A execução orçamentária e financeira do

1077 *BPC e da RMV aqui apresentada corresponde respectivamente: às descentralizações de créditos*
1078 *orçamentários e repasses de recursos financeiros realizados pelo Fundo Nacional de Assistência*
1079 *Social ao instituto nacional do seguro social. Quanto à execução orçamentária e financeira das*
1080 *ações de cumprimento de sentenças judiciais e corresponde a descentralização crédito*
1081 *orçamentário e repasses de recursos financeiros realizados automaticamente pela Secretaria de*
1082 *Orçamento Federal aos tribunais regionais federais. 2.2) Despesas com serviços, programas,*
1083 *projetos e gestão. O quadro a seguir demonstra por ação o orçamento disponibilizado e a execução*
1084 *orçamentária e financeira dos valores transferidos aos estados, aos municípios e ao Distrito*
1085 *Federal. Segue uma nova tabela, cujas colunas são ação, descrição da ação, dotação atualizada na*
1086 *coluna A, empenhado até 31/12 coluna B, liquidado até 31/12 coluna C, pago até 31/12, incluindo*
1087 *restos a pagar coluna D, e nessa tabela a gente não vai ter aquela situação de duas linhas se*
1088 *juntarem em nenhuma, não, só mais lá para o fundo. Então passo a ler a primeira linha. Ação*
1089 *8662: Concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho. Coluna A: 7 milhões*
1090 *de reais; Coluna B: R\$ 5.266.050,00; coluna C: R\$ 4.795.695,00; coluna D: R\$ 4.796.420,00.*
1091 *Linha 2: 2A60 - Serviço de proteção social básica: a) R\$ 1.514.033.008,00; b) R\$*
1092 *1.452.695.764,00; c) R\$ 944.203.699,00; d) R\$ 1.249.094.783,00. Linha 3: 2A65 - Serviços de*
1093 *Proteção Social Especial de média complexidade. a) R\$ 510.061.097,00; b) R\$ 459.456.049,00; c)*
1094 *271.721.817,00; d) 352.608.138,00. Linha 4: 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de alta*
1095 *complexidade: a) R\$ 310.507.047,00; b) R\$ 268.504.190,00; c) R\$ 162.195.025,00; d) R\$*
1096 *191.666.131,00. Subtotal das linhas 2, 3, 4 e 5: subtotal um - Ações socioassistenciais de caráter*
1097 *continuado. Coluna A: R\$ 2.341.601.152,00; b) R\$ 2.185.952.053,00; c) R\$ 1.387.916.236,00; d)*
1098 *R\$ 1.798.165.472,00. Seguem duas ações de estruturação da rede: 2B30 - Estruturação da rede de*
1099 *proteção social básica. Coluna A: R\$ 106.073.700,00; Coluna B: R\$ 18.972.810,00; Coluna C: R\$*
1100 *237.525,00; Coluna D: R\$ 51.847.393,00. E 2B31 - Estruturação da rede de Proteção Social*
1101 *Especial. a) R\$ 58.431.333,00; b) R\$ 20.021.030,00; Coluna C: Zerada; Coluna D: R\$*
1102 *39.748.569,00. Um subtotal das colunas de estruturação da rede referentes a convênios e*
1103 *contratos: Coluna A: R\$ 164.505.033,00; Coluna B: R\$ 38.993.840,00; Coluna C: R\$ 237.525,00;*
1104 *Coluna D: R\$ 91.595.962,00. Ação 20V5 - Ações complementares de proteção social básica:*
1105 *Coluna A: R\$ 39.031.831,00; Colunas B e C: zeradas; Coluna D: R\$ 21.649.887,00,*
1106 *subtotalizando essa ação de ACESSUAS: Coluna A: R\$ 39.031.831,00; Colunas B e C: zeradas; e*
1107 *Coluna D: R\$ 21.649.887,00. Outras duas linhas referentes ao processamento de dados,*

1108 *manutenção e operacionalização do BPC e RMV: ação 2583 - Serviço de processamento de dados,*
1109 *BPC e RMV DATAPREV: a) R\$ 48.781.866,00, este mesmo valor nas colunas B e C; e a coluna D*
1110 *totaliza com a linha de baixo, que eu passo a ler na sequência antes de ler o total.2589 - Avaliação*
1111 *e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da assistência. Dotação atualizada na*
1112 *coluna A: R\$ 15 milhões; B) R\$ 6.323.230,00; C) R\$ 5.854.270,00, totalizando junto com a linha*
1113 *acima R\$ 48.031.695,00. E o subtotal dessas duas ações: a) R\$ 63.781.866,00; b) R\$*
1114 *51.105.096,00; c) R\$ 54.636.136,00; d) R\$ 48.031.695,00. O último subitem dessa linha é o apoio à*
1115 *gestão: ação 8893 - Apoio à organização, a gestão e a vigilância social no território no âmbito do*
1116 *Sistema Único de Assistência Social, IGDSUAS. a) R\$ 129.857.544,00; b) R\$ 123.862.488,00; c)*
1117 *R\$ 33.539.683,00; d) R\$ 73.166.268,00. E o total geral das ações socioassistenciais de caráter*
1118 *continuado, convênios, contratos, ACESSUAS, processamento de dados do BPC e RMV e apoio à*
1119 *gestão: Coluna A: R\$ 2.738.777.426,00; B) R\$ 2.403.913.477,00; C) R\$ 1.476.329.580,00; D) R\$*
1120 *2.032.609.284,00. 2.1) Despesas com créditos recebidos, segue uma nova coluna, cujas colunas*
1121 *são: Ação, descrição da ação, orçamento recebido, coluna A, empenhado até 31/12 subdivide em*
1122 *coluna B e coluna B sobre A, o percentual, coluna de liquidado até 31/12 subdividido entre coluna*
1123 *C e Coluna C sobre A o percentual. Pago até 31/12 subdividido entre coluna D e Coluna D sobre*
1124 *A é o percentual e pago os restos a pagar até 31/12 Coluna E. Passo a ler as linhas:8893 - Apoio à*
1125 *organização e a vigilância social no território no âmbito do Sistema Único de Assistência Social,*
1126 *SUAS, Aprimora Rede: a) R\$ 264.850,00; b) este mesmo valor; B sobre A - 100%; C: R\$*
1127 *264.850,00; C sobre A: 100%; D: R\$ 264.850,00; D sobre A: 100%; E: Zerada. Linha 8446:*
1128 *"Serviços de apoio à gestão descentralizada do programa Bolsa Família". a) R\$ 535 milhões; b)*
1129 *este mesmo valor; B sobre A: 100%; c) R\$ 392.067.461,00; C sobre A: 73%; d) R\$*
1130 *392.067.461,00; D sobre A: 73%; e finalmente coluna E: R\$ 146.451.927,00. Total: coluna A: R\$*
1131 *535.264.850,00; coluna B: este mesmo valor; coluna B sobre A: 100%; coluna C: R\$*
1132 *392.332.311,00; coluna C sobre A: 73%; coluna D: R\$ 392.332.311,00; coluna D sobre A: 73%;*
1133 *coluna E: completando a tabela R\$ 146.451.927,00; 2.2.2) Despesas com créditos concedidos, um*
1134 *outro item com uma outra coluna, com as colunas: ação, descrição da ação, crédito destacado,*
1135 *coluna A, empenhado até 31/12 subdividindo em coluna B e B sobre A percentual, liquidado até*
1136 *31/12 subdividindo entre coluna C e C sobre A percentual, e pago até 31/12 subdividido entre*
1137 *coluna D e D sobre A percentual com uma única linha 2B30 - estruturação da rede de proteção*
1138 *social básica, marinha do Brasil. Coluna A: e aí como é uma linha só, tudo que eu disser nessa*

1139 linha é o total: a) R\$ 237.525,00; b) este mesmo valor; B sobre A: 100%; C: R\$ 237.525,00; C
1140 sobre A: 100%; D) R\$ 237.525,00; D sobre A: 100%. Do total do orçamento aprovado para o
1141 FNAS foi empenhado o valor de R\$ 2.403.913.477,00 sendo R\$ 2.185.952.053,00 relativos aos
1142 serviços socioassistenciais e R\$ 217.961.424,00 as demais ações. A execução financeira do FNAS,
1143 incluindo o RAP foi de R\$ 1.798.165.472,00 concernente aos serviços socioassistenciais e R\$
1144 234.433.812,00 aos outros programas, totalizando R\$ 2.032.609.284,00. O FNAS é o responsável
1145 pela execução financeira dos recursos da ação 8446, serviços de apoio à gestão descentralizada do
1146 programa Bolsa Família e IGD. O orçamento descentralizado pela secretária nacional de renda e
1147 cidadania em favor do FNAS, dos recursos descentralizados pela referida secretaria no valor de
1148 535 milhões foram executados R\$ 392.067.461,00 e ainda o valor de R\$ 146.451.927,00 referentes
1149 a restos a pagar. 2.3). Dos restos a pagar: as tabelas abaixo demonstram os saldos de restos a
1150 pagar RAPs, inscritos, cancelados e pagos e a pagar das UGs: 330013 e 550015, uma coluna com
1151 as colunas posição 31/12 e uma outra coluna de restos a pagar não processados, subdividido em
1152 quatro colunas: inscritos, cancelados, pagos e a pagar. Então ela totaliza a posição 31/12 o total é
1153 de inscritos R\$ 1.076.686.926,00; cancelados R\$ 1.512.242,00; pagos R\$ 660.854.882,00; a pagar
1154 R\$ 414.319.802,00. Posição 31/12 total, RP processados, inscritos R\$ 139.631.266,00; cancelados
1155 R\$ 14.173.393,00; pagos R\$ 51.583.388,00; e a pagar R\$ 73.874.485,00. A comissão sugere a
1156 plenária a aprovação do relatório de execução orçamentária e financeira final exercício de 2015,
1157 FNAS resolução anexa. 3) Análise do relatório de execução orçamentária e financeira do FNAS
1158 exercício de 2016 primeiro trimestre, LOAS artigo 19, item 7, convidado a FNAS. A diretora
1159 executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, Dulcelena Martins, apresentou o relatório de
1160 execução orçamentária e financeira do FNAS apurado pelo regime de caixa no período de janeiro
1161 a março de 2016. A lei 13.255, 14 de janeiro de 2016, a lei orçamentária anual aprovou para o
1162 FNAS o orçamento de R\$ 48.261.707.630,00. No decorrer do primeiro trimestre houve reabertura
1163 do crédito especial no valor de R\$400.000,00 assim, totalizando R\$ 48.262.107.630,00 que
1164 apresentaremos sobre os títulos Benefícios socioassistenciais, benefícios assistenciais, serviços,
1165 programas, projetos e gestão. 3.1) Despesas com benefícios assistenciais, segue-se uma coluna,
1166 uma tabela com as seguintes colunas: programa, dotação atualizada, programa BPC e RMV,
1167 dotação atualizada coluna A, crédito descentralizado coluna B, recurso financeiro repassado
1168 coluna C, percentual de execução subdividido entre descentralizada, coluna D é igual a B sobre A
1169 e repassado coluna E que é igual a C sobre B. Passo a ler as linhas: ação 00H5 BPC e RMV

1170 *pessoa idosa: A) R\$ 17.788.302.653,00; coluna B) R\$ 19.780.302.653,00; na linha debaixo ação*
1171 *00IN BPC e RMV pessoa com deficiência: coluna A) R\$ 25.245.139.968,00; coluna B) R\$*
1172 *25.245.139.968,00; e aí a coluna C, ela totaliza essas duas linhas, é uma união: R\$*
1173 *10.246.264.106,00; e as colunas D e E também se unem, 100% na coluna D para ambas e 23% na*
1174 *coluna E para ambas. O subtotal então de BPC e RMV: A) R\$ 45.025.442.621,00; B) esse mesmo*
1175 *valor; C) R\$ 10.246.264.106,00; D) 100%; E) 23%. Agora operação existenciais são programas:*
1176 *0005, um primeiro de sentença judicial transitado e julgado: a) R\$ 156.606.905,00; B) este mesmo*
1177 *valor; C) também; D e E) 100%. 0625 - sentença judicial transitado e julgado de pequeno valor: A)*
1178 *R\$ 919.770.815,00; este mesmo valor para as colunas B e C; D e E) 100%. 0536 - benefícios e*
1179 *pensões indenizatórias: A) R\$ 3.510.000,00; B) este mesmo valor; C) zerado; D) 100%; E) zerado.*
1180 *Total 2 então das operações especiais como subtotal: A) R\$ 1.079.887.720,00; B) este mesmo*
1181 *valor; C) R\$ 1.076.377.720,00; D e E) 100%. Total geral: A) R\$ 46.105.330.341,00; B) este mesmo*
1182 *valor; C) R\$ 11.322.641.826,00; D) 100%; E) 25%. Fora da coluna: reforçamos que o orçamento*
1183 *do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, BPC, e da Renda Mensal Vitalícia é*
1184 *alocado no MDS a quem compete a sua gestão, acompanhamento e avaliação. A operacionalização*
1185 *desses benefícios compete ao instituto nacional de seguro social, INSS. A execução orçamentária e*
1186 *financeira do BPC e do RMV aqui apresentada corresponde respectivamente às descentralizações*
1187 *de créditos orçamentários e repasses dos recursos financeiros realizados pelo Fundo Nacional de*
1188 *Assistência Social ao instituto nacional de seguro social. 3.2) Despesas com serviços, programas e*
1189 *projetos. O quadro a seguir demonstra a apuração o orçamento disponibilizado e a execução*
1190 *orçamentária e financeira, e os valores transferidos aos estados, aos municípios e ao DF. Uma*
1191 *coluna, uma tabela com a coluna ação, outra coluna descrição da ação, dotação atualizada coluna*
1192 *A, empenhado até 31/3 coluna B, liquidado até 31/3 coluna C, e pago até 31/3 RAP mais exercício*
1193 *coluna D. As linhas desse primeiro grupo que são as ações socioassistenciais de caráter*
1194 *continuado: 8662 - Concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho. A) R\$*
1195 *4.500.000,00; B) R\$ 1.412.033,00; C) este mesmo valor; D) R\$ 893.928,00; Linha 2 - 2A60 -*
1196 *serviço de proteção social básica: A) R\$ 1.285.115.693,00; B) R\$ 316.455.214,00; C) R\$*
1197 *58.844.312,00; D) R\$ 202.641.775,00; linha 32A65 - serviços de Proteção Social Especial de*
1198 *média complexidade: A) R\$ 341.669.637,00; B) R\$ 122.004.068,00; C) R\$ 8.636.015,00; D) R\$*
1199 *78.748.263,00; linha 4 – 2A69 – serviço de proteção social especial de alta complexidade: A) R\$*
1200 *212.004.732,00; B) R\$ 604.339,55,00; C) R\$ 4.455.889,00; D) R\$ 34.382.220,00. Subtotalizando*

1201 *essas quatro primeiras linhas: A) R\$ 1.833.290.062,00; B) R\$ 504.211.070,00; C) R\$*
1202 *311.348.249,00; D) R\$ 317.766.146,00. No segundo bloco de convênios e contratos representados*
1203 *pela ação. 2B30, estruturação da rede de proteção social básica, coluna A) R\$ 60.587.913,00; B)*
1204 *R\$ 50.000; C) Sem preenchimento; D) R\$ 350.000,00. E linha 2B31 – estruturação da rede de*
1205 *proteção social especial: A) R\$ 95.152.974,00; B) R\$ 50.000,00; C) Sem preenchimento; D) R\$*
1206 *450.000,00. Subtotalizando essas duas ações: A) R\$ 155.740.887,00; B) R\$ 100.000,00; C) Sem*
1207 *preenchimento; D) R\$ 800.000,00. Um outro bloco subtotalizando as ações do ACESSUAS: 20V5,*
1208 *ações complementares de produção social básica, como ele é um bloco de ação só, tudo o que eu*
1209 *disser é o subtotal. Coluna A) R\$ 22.070.597,00; colunas B e C sem preenchimento; Coluna D) R\$*
1210 *4.717.083,00. E um outro bloco das ações, duas ações de processamento de dados de manutenção e*
1211 *operacionalização do BPC e RMV, representado pela linha 2A83, serviço de processamento de*
1212 *dados BPC e RMV, data prévia. Coluna A) R\$ 38.555.437,00; coluna B) R\$ 9.000.000,00; C) R\$*
1213 *9.000.000,00; D) R\$ 5.712.680,00. E linha 2589 de avaliação e operacionalização do BPC, coluna*
1214 *A) R\$ 6.858.179,00; B) R\$ 1.519.200,00; coluna C, este mesmo valor, e coluna D) Sem*
1215 *preenchimento. O subtotal dessas duas ações: Coluna A) R\$ 45.413.616,00; coluna B) R\$*
1216 *10.517.200,00; coluna C) Este mesmo valor. Coluna D) R\$ 712.680,00. E no último sub-bloco de*
1217 *apoio a gestão, composto por uma única ação, que tanto é o mesmo subtotal, a ação 8893, apoiou*
1218 *a organização e a gestão a vigilância social no território no âmbito do SUAS e do IGD/SUAS.*
1219 *Coluna A) R\$ 90.262.125,00; B) R\$ 20.880.428,00; coluna C) Sem preenchimento; coluna D) R\$*
1220 *15.878.288,00. Total geral de todos esses sub-blocos. Coluna A) R\$ 2.156.777.289,00; B) R\$*
1221 *535.710.698,00; coluna C) R\$ 3.867.449,00; e coluna D) R\$ 343.874.237,00. Acabou a tabela. Do*
1222 *total do orçamento provado para o FNAS, foi provado o valor de R\$ 535.710.698,00. O que*
1223 *representa um percentual de 25% em relação ao orçamento disponibilizado para a despesa*
1224 *discricionária, sendo R\$ 504.211.070,00, relativos ao serviço socioassistenciais e R\$*
1225 *31.499.628,00 as demais ações. A execução financeira do FNAS, incluindo RAP, totalizou R\$*
1226 *343.874.237,00, sendo o valor de R\$ 316.776.000,00 e R\$ 186,00 concernente aos serviços*
1227 *socioassistenciais, e R\$ 27.108.051,00 aos demais programas. O FNAS é o responsável pela*
1228 *execução orçamentária e financeira dos recursos da ação 8446, serviços de apoio a gestão*
1229 *descentralizada do programa bolsa família IGD. O orçamento é descentralizado pela Secretaria*
1230 *Nacional de Renda Cidadania, SENAC em favor do FNAS. Os recursos descentralizados pela*
1231 *referida Secretaria, no valor de R\$ 450.000.000,00 foram empenhados na totalidade. E R\$*

1232 80.595.895,00 executados em RAP. 3.3. Dos RAP. As tabelas abaixo, demonstram saldos dos
1233 restos, inscritos cancelados, pagos, e apagar das UGs, 33030013 e 550015. Total de inscritos: R\$
1234 1.484.486.237,00. Cancelados: R\$ 235.535.904,00. Pagos: R\$ 338.461.651,00, e a pagar: R\$
1235 1.090.488.683,00.” Próxima tabela da outra UG 550015, posição em 31 de março. “Inscritos: R\$
1236 74;224.485,00, nada cancelado, R\$ 7.728.976,00 de pago, e a pagar R\$ 60.495.509,00.”
1237 Complementa a sugestão de encaminhamentos: “Aprovação do relatório de execução orçamentária
1238 e financeira do primeiro trimestre, exercício de 2016, FNAS, Resolução anexo. O envio do
1239 levantamento da apuração dos saldos dos Municípios até 31 de março para o conhecimento da
1240 Comissão. E a recomendação por meio da aprovação da Resolução que o Governo Federal
1241 recompõe o orçamento da LOA 2016 alocado no fundo nacional de assistência social. 4. Definição
1242 da pauta de maio. 4.1. Apresentação dos parâmetros da proposta orçamentária da assistência
1243 social, conforme previsto na Resolução CNAS 88, 17 de maio de 2006, convidando aí a SNAS, e o
1244 4.2 é a avaliação da execução dos Estados com base no censo SUAS 2015 também convidado a
1245 SNAS, Telma Maranhão, Coordenadora da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
1246 Social.”. O Presidente Edivaldo Ramos agradece o relato e abre para os demais conselheiros se
1247 manifestarem. O Conselheiro Thiago Cabral solicita esclarecimento em relação a execução da Ação
1248 8249 – Funcionamento dos Conselhos por apresentar no relato o valor a liquidar de R\$ 852.936,00.
1249 A Secretária Executiva Maria das Mercês esclarece que esse valor trata-se de despesas empenhadas
1250 em 2015 que não foram pagas dentro do exercício, como por exemplo taquigrafia e libras. A
1251 Diretora do Fundo Nacional de Assistência Social Dulcelena Martins contribui com o
1252 esclarecimento e informa que esse valor trata-se dos Restos a Pagar. O Conselheiro Leovane
1253 Gregório manifesta sua preocupação quanto ao contingenciamento orçamentário tanto para a Ação
1254 8249, como também para os benefícios. O Conselheiro Carlos Nambu sugere que seja inserido nos
1255 próximos relatório sejam inseridas as metas físicas além das financeiras. A Conselheira Telma
1256 propõe que a pergunta do Conselheiro Leovane fique para o final. O Conselheiro Thiago Cabral
1257 pede esclarecimento quanto ao restos a pagar das UGs 330013 e 550015. A Diretora do Fundo
1258 Nacional de Assistência Social Dulcelena Martins esclarece que os restos a pagar das UGs estão
1259 também relacionados a Portaria 36, que foi alterada pela Portaria 118, o artigo 3º dela que diz que
1260 teriam prioridade de repasse aqueles entes que apresentam menor saldo nas contas dos fundos,
1261 informa também que a UG 330013 é a do Fundo Nacional de Assistência Social e a UG 550015
1262 refere-se aos contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal. O Presidente Edivaldo

1263 Ramos solicita a leitura da resolução do item 2 do relato após os esclarecimentos. A Conselheira
1264 Telma Maranhão realiza a leitura: *“A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS,*
1265 *em reunião ordinária, realizada nos dias 11 e 12, 13. No uso da competência que lhe confere os*
1266 *incisos 8º e 9º do artigo 18 da lei 8742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência*
1267 *Social, resolve. Artigo 1º. Aprovar o relatório final da execução orçamentária e financeira do*
1268 *fundo nacional da assistência social, exercício de 2015, apresentado pela Diretoria Executiva do*
1269 *fundo nacional da assistência social, da Secretaria Nacional da Assistência Social, do Ministério*
1270 *do Desenvolvimento Social Combate à Fome, planilha em anexo. Artigo 2º: Esta Resolução entra*
1271 *em vigor na data da sua publicação. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do Conselho Nacional de*
1272 *Assistência Social.”* O Presidente Edvaldo Ramos solicita que seja inserido a seguinte frase:
1273 *“Dispõe sobre: aprovação do relatório...”* na resolução e na sequência coloca em votação, a
1274 resolução é aprovada pela maioria do quórum qualificado com um voto apresentando ressalvas
1275 quanto aos restos a pagar do Conselheiro Thiago Cabral. O Presidente Edivaldo Ramos solicita a
1276 leitura da resolução do item seguinte. A Conselheira Telma Maranhão faz a leitura *“Dispõe sobre*
1277 *relatório de execução orçamentária e financeira do fundo no exercício de 2012, primeiro trimestre.*
1278 *A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, em reunião ordinária realizada. Nos dias*
1279 *11, 12, e 13 de abril de 2016, no uso da competência que lhe confere, os incisos 8º e 9º do artigo 18*
1280 *da lei 8742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social resolve. Artigo 1º.*
1281 *Aprovar o relatório de execução orçamentária e financeira do fundo nacional de assistência social*
1282 *no exercício de 2016, primeiro trimestre, apresentado pela Diretoria Executiva do fundo nacional*
1283 *da assistência social, na Secretaria Nacional da Assistência Social, do Ministério de*
1284 *Desenvolvimento Social em Combate à Fome, planilha anexa. Artigo 2º. Essa resolução entra em*
1285 *vigor na data da sua publicação. Assinada pelo Presidente.”* A resolução é aprovada pela maioria
1286 do quórum qualificado com um voto apresentando ressalvas quanto aos restos a pagar do
1287 Conselheiro Thiago Cabral. A Conselheira Telma Maranhão apresenta um outro encaminhamento da
1288 Comissão e pede para fazer a leitura da minuta de resolução com o objetivo de suplementar o
1289 orçamento de 2016 em virtude do contingenciamento citado pelo Conselheiro Leovane Gregório. A
1290 Conselheira Telma Maranhão prossegue com a leitura *“A plenária do Conselho Nacional de*
1291 *Assistência Social, CNAS em reunião ordinária realizada nos dias 11, 12, e 13 de abril de 2016 no*
1292 *uso da competência que lhe confere os incisos 8º e 9º do artigo 18 da lei nº 8742 de 7 de dezembro*
1293 *de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social. Considerando que as dotações orçamentárias*

1294 *aprovadas para as ações que cofinanciam os serviços continuados e apoio a gestão e*
1295 *operacionalização dos benefícios para LOA 2016, apresentam-se significativamente insuficientes*
1296 *para manutenção do cofinanciamento do serviço socioassistenciais do apoio à gestão e da*
1297 *operacionalização dos benefícios, considerando que a proposta da unidade para PLOA 2016 não*
1298 *inclui as novas expansões ou reajustes de valores ou outras atividades, restringindo volume de*
1299 *recursos solicitados tão somente a manutenção dos serviços implantados, em implantação dos*
1300 *níveis em que se encontravam naquele momento, considerando que pela natureza permanente e*
1301 *continuada dos serviços nos termos do Decreto nº 5085 de 2004, os desembolsos não ocorreram*
1302 *por meio de projetos, convênios adiáveis ou não renováveis, mas de forma regular e automática*
1303 *por meio de referência fundo a fundo, após formalização do termo de adesão pelos Estados e*
1304 *Municípios do Distrito Federal, considerando a não recomposição das ultrassons resultará em*
1305 *fechamento de unidades e cancelamentos de serviços com o impacto direto no serviço de inclusão e*
1306 *proteção social dos usuários da assistência social em situação de vulnerabilidade social, em*
1307 *situação de risco por violação de direitos, resolve. Artigo 1º. Recomendar que o Governo Federal*
1308 *encaminhe os atos necessários a recomposição do orçamento da Lei Orçamentária Anual,*
1309 *destinada a política da assistência social do Sistema Único de Assistência Social, e alocada no*
1310 *fundo nacional da assistência social, da Secretaria Nacional da Assistência Social, do UNICEAS,*
1311 *desenvolvimento social. Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.*
1312 *Assinado, Presidente Edivaldo Silva Ramos. Conselho Nacional. “A Conselheira Carmen Lúcia*
1313 *defende a aprovação da resolução para que os serviços não sejam sucateados no exercício de 2016.*
1314 *A resolução foi aprovada. A Vice –Presidente Léa Lúcia propõe que com a aprovação da resolução*
1315 *que o Conselho saísse em defesa do orçamento da assistência social, visitando os parlamentares e*
1316 *visitando os Presidentes de Comissão de seguridade, como uma ação política do CNAS. O*
1317 *Presidente Edivaldo Ramos, o Conselheiro Carlos Nambu, a Conselheira Margareth Alves e a*
1318 *Conselheira Telma Maranhão concordam com a proposta da Vice Presidente e sugerem a elaboração*
1319 *de uma nota esclarecedora para disseminação. A Vice – Presidente Léa Lúcia sugere a que a*
1320 *Comissão de Financiamento crie uma agenda política e convide os conselheiros da sociedade civil*
1321 *que residem em Brasília – DF para participarem o processo. A Diretora do Fundo Nacional*
1322 *Dulcelena Martins informa que foi solicitado anteriormente um crédito suplementar de R\$*
1323 *740.000.000,00, mas que ainda falta recursos referentes a parte que o CNAS está solicitando por*
1324 *meio da resolução. O Conselheiro Leovane Gregório realiza a leitura do **Encaminhamento:***

1325 “Mobilização externa do CNAS em defesa da recomposição do orçamento da LOA 2016, por meio
1326 da elaboração de nota de esclarecimento, marcação de agendas junto aos parlamentares,
1327 Congresso, entre outros, a Comissão de Financiamento, com os Conselheiros residentes de
1328 Brasília, DF.” O Presidente Edivaldo Ramos submete o relato a aprovação. **ENCERRAMENTO.**
1329 O Presidente Edivaldo encerra a reunião para almoço, convidando a todos para retornarem às 14:00.
1330 **ABERTURA.** A Vice-Presidente do CNAS Léa Lúcia Cecílio Braga reinicia a reunião e informa
1331 que o Presidente está finalizando seu almoço, e segue a reunião com a leitura do relato da
1332 Presidência Ampliada. **Item – Relato da Presidência Ampliada. Memória da reunião da**
1333 *presidência ampliada. Reunião 03, 2016, data: 11 de abril de 2016, horário de 17h às 19h30.*
1334 *Participantes da Presidência Ampliada: Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Léa Lúcia*
1335 *Cecílio Braga, Vice-Presidente e integrante da Comissão de Normas da assistência social.*
1336 *Anderson Miranda, Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social, Cláudia*
1337 *Faquinote, Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social, Telma Maranhão,*
1338 *Coordenadora da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Solange*
1339 *Teixeira, Coordenadora da Comissão de Conselhos da Assistência Social. Da Secretaria-*
1340 *Executiva, Maria das Mercês, Secretária-Executiva do CNAS, Silvani Souza, apoio gabinete, e Taís*
1341 *Braga também do apoio gabinete. 1. Informe da reunião das Comissões Temáticas que merecem*
1342 *destaque na presidência ampliada. 1.1. Comissão de Conselhos: A Coordenadora da Comissão de*
1343 *Conselhos, solicita a Presidência Ampliada que reavalie a data para os encontros regionais de*
1344 *junho. Encaminhamentos: A Presidência Ampliada concorda com a alteração, e sugere que as*
1345 *reuniões sejam agendadas para julho e agosto. Sugere que na programação haja um momento para*
1346 *reunião com os Presidentes do CEAS e CAS/DF, para orientá-los sobre a auditoria do TCU no que*
1347 *se refere ao papel dos Conselhos no acompanhamento do programa bolsa família. Enviar ofício ao*
1348 *CEAS, Minas Gerais e Rondônia, com reuniões agendadas para o mês de junho, informando sobre*
1349 *alteração da data, e verificando a possibilidade de sediar o encontro em agosto. Ponto 2. Reuniões*
1350 *regionais do CNAS, com o CEAS e o CAS/DF. 2.1. Definição do local da reunião regional do*
1351 *CNAS com o CEAS e o CAS/DF da região Centro-Oeste. O Conselho Estadual de Assistência*
1352 *Social de Mato Grosso, por meio do ofício 12, 2016, datado de 22 de março de 2016 informa que*
1353 *aquele Estado se coloca à disposição para sediar referida reunião nos dias 21 e 22 de julho de*
1354 *2016 em Cuiabá, Mato Grosso. 2.2. Solicitação do CEAS, Minas, de realização do encontro do*
1355 *CNAS com Conselheiros Municipais no dia 20 de junho. Considerando que Minas Gerais sediará a*

1356 reunião regional Sul, Sudeste do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social nos dias
1357 21 e 22 de junho. E ainda considerando a importância de dar devolutiva aos Conselhos Municipais
1358 de Assistência Social de Minas Gerais, sobre as conferências estaduais e nacional de assistência
1359 social, bem como tratado o plano decenal, o CEAS MG, solicita que o CNAS participe de um
1360 encontro com aproximadamente 450 Conselheiros Municipais no dia 20 de junho.
1361 Encaminhamentos: Enviar resposta informando que a data do encontro regional, Sul/Sudeste foi
1362 adiada para agosto, e que o CNAS enviará dois representantes para participar da reunião do dia
1363 20 de junho em se confirmando a realização do encontro com os Conselhos Municipais. Ponto 3.
1364 Reunião descentralizada e ampliada do CNAS, 7 a 9 de junho de 2016. A Presidência Ampliada
1365 instituiu um subgrupo formado pelas Conselheiras: Léa Braga, Solange Teixeira e Cláudia
1366 Faquinote, que se reunirá no dia 2 de maio para definir metodologias e programação. 4.
1367 Planejamento integrado CNAS. 4.1. Locos das ações integradoras: Conforme deliberado, a
1368 Presidência Ampliada, será locos da organização das ações integradoras que resultará na
1369 apresentação do produto. Planejamento global do CNAS. 4.2. A Presidência Ampliada fará
1370 discussão e definição final com a proposta de emenda para cada um dos oito temas integradores
1371 que foram apresentados na plenária. Encaminhamentos: Instituição de um grupo composto entre os
1372 membros da Presidência Ampliada para fazer a sistematização das convergências, e
1373 especificidades do plano de ações das Comissões Temáticas das ações integradoras com vistas a
1374 organizar o planejamento geral do CNAS. Esse grupo será formado por representantes da
1375 Presidência Ampliada, Edivaldo Ramos e Cláudia Faquinote, representantes da Secretaria-
1376 Executiva do CNAS, e pelo Coordenador Geral de organização e inovação institucional, da
1377 subsecretaria de planejamento e orçamento, a SPO, Sr. James Teodoro da Silva, na qualidade de
1378 convidado. Agendamento de reunião para os dias 3 e 4 de maio, para desenvolvimento da tarefa
1379 pelo grupo. O grupo após reunião, enviará o material organizado para análise prévia da
1380 Presidência Ampliada, que após validação construirá os devidos encaminhamentos para
1381 apresentação e validação na plenária de maio. 5. Carta do FONACEAS. A carta enviada ao CNAS
1382 cita pontos relevantes retirados do 33º encontro realizado em novembro de 2015. São eles: 1º. A
1383 reavaliação dos parâmetros para realização de vagas de delegados para conferências estaduais
1384 nacional, visto que os critérios atuais geram descontentamento dos Municípios, principalmente nas
1385 metrópoles e criam problemas no processo. 2. Na elaboração de informes para o processo
1386 conferencial, utilizar linguagem de fácil compreensão da metodologia utilizada. 3. O FONACEAS

1387 *entende como importantes, as formas de expressão popular e democráticas no âmbito da política*
1388 *nacional de assistência social. Desde que dentro dos regramentos legais, sendo as conferências o*
1389 *maior momento de deliberações da política pública. Desta forma, o FONACEAS não reconhece a*
1390 *conferência livre realizada no Município de São Paulo, como parte do processo conferencial.*
1391 *Conclamando o CNAS que crie as medidas necessárias para que as ações como essa não*
1392 *enfraqueçam o processo e as instâncias envolvidas inclusive o próprio CNAS. 4. Que os informes*
1393 *para o processo conferencial indique medidas e providências quanto a não participação das*
1394 *delegações municipais das conferências estaduais, bem como as consequências da não realização*
1395 *de uma conferência municipal. 5. Aumento nos percentuais dos IGD SUAS e programa bolsa*
1396 *família para os Conselhos de três para o mínimo de 10%. 6. Inclusão no programa capacita SUAS*
1397 *de cursos para os/as Secretários, Secretárias-Executivos, Executivas. 7. Que haja diálogo e*
1398 *fortalecimento da relação CNAS com o FONACEAS e sugere-se para tanto, que as reuniões*
1399 *trimestrais do CNAS, sejam em parceria com o FONACEAS. Encaminhamento: O CNAS fará uma*
1400 *resposta ao FONACEAS de maneira geral com contribuições as Conselheiras Solange Teixeira e*
1401 *Léa Braga. 6. Pesquisa acadêmica. A mestrande de ciência política, Gabriele Tamy, com o nome*
1402 *bonito no final, da Universidade de Brasília, informa que está participando de uma pesquisa sobre*
1403 *conferências nacionais e municipais, com os professores Brian Wapple, e Leonardo Avlitz para dar*
1404 *continuidade à pesquisa, solicita as listas dos Municípios que estão realizando conferências*
1405 *municipais ao longo dos anos. Encaminhamento: A Presidência Ampliada aprova a pesquisa e*
1406 *sugere disponibilizar os dados solicitados. 7. Representação do CNAS em comitês nacionais. 7.1.*
1407 *Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CONATRAP, a coordenação do comitê*
1408 *nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, CONATRAP, encaminhou ofício circular nº 3,*
1409 *2016, gabinete SNJ/MJ solicitando confirmação da representação do CNAS no comitê para o*
1410 *biênio 2016, 2017. A coordenação daquele comitê ressalta que a indicação deve ser de*
1411 *representantes da sociedade civil para respeitar a paridade na composição do CONATRAP. Para o*
1412 *biênio 2015, 2016, o CNAS indicou como suas representantes titular suplente respectivamente*
1413 *Conselheiras Aldenora Gonzalez e Solange Teixeira. 7.2. Comitê consultivo do programa de*
1414 *aquisição de alimentos PAA. O diretor do departamento de apoio e aquisição de comercialização*
1415 *de produção alimentar da, SESAN MDS ganhou ofício circular no, 2016 DECOM SESAN MDS*
1416 *solicitando que o CNAS formalize a indicação de representante, titular e suplente para que seja*
1417 *publicada a nova Portaria, tendo em vista que atual composição data de 2013. O Conselheiro*

1418 *Naelson da Silva Ferreira, atualmente o representante titular do CNAS do referido comitê.*
1419 *Encaminhamentos: Tendo em vista o prazo para publicar recomposição pelos comitês, o CNAS*
1420 *referendar a atual composição. Enviar expediente aos dois comitês, informando que as novas*
1421 *indicações serão informadas após a posse dos novos Conselheiros do CNAS em junho de 2016. 8.*
1422 *Convite. Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. A Secretaria Executiva do Fórum Nacional*
1423 *dos Trabalhadores do SUAS, convidou o Presidente do CNAS para o 4º seminário nacional do*
1424 *FNTSUAS que ocorrerá nos dias 15 e 16 de abril de 2016, local: Universidade do Estado de Santa*
1425 *Catarina, endereço: Rua Pascoal Simone 358, Coqueiros, Florianópolis, Santa Catarina.*
1426 *Encaminhamento: Informar impossibilidade de presença do Presidente do CNAS, tendo em vista*
1427 *que nos dias 14 e 15 de abril, ele participará do encontro do CONGEMAS, região Sul em Foz do*
1428 *Iguaçu, Paraná. 8.2. CONADE. O Presidente do Conselho Nacional dos direitos da pessoa com*
1429 *deficiência, Flávio Henrique de Souza, e o Secretário Nacional de proteção dos direitos da pessoa*
1430 *com deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Ministério das Mulheres, da*
1431 *igualdade racial, dos direitos humanos, Antônio José do Nascimento Ferreira, convida o*
1432 *Presidente do CNAS, para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, no período de 25 a 27*
1433 *de abril no Centro Internacional de Convenções do Brasil, na cidade de Brasília, DF.*
1434 *Encaminhamento: Confirmar a participação do Presidente na 4ª Conferência Nacional dos*
1435 *Direitos Humanos, e solicitar o CONADE pelo menos mais duas vagas para o CNAS participar da*
1436 *referida referenda. 9. Informe. 9.1. Relatório de visita e parecer técnico da unidade de*
1437 *atendimento para pessoas em situação de rua de Natal, Rio Grande do Norte, em resposta ao ofício*
1438 *85, 2015, Presidência CNAS, MDS, enviado ao Conselho Municipal de Assistência Social de Natal,*
1439 *em 18 de 8 de 2015. O CMAS de Natal, enviou ao CNAS ofício nº 15 de 2016, em respostas à*
1440 *demanda encaminhada aquele Conselho que tratava-se de um dossiê sobre violações de direitos*
1441 *humanos cometidos contra população de rua, em situação de rua, no âmbito da unidade de*
1442 *acolhimento institucional para população em situação de rua de Natal/RN, enviada pelo*
1443 *movimento nacional de população de rua, núcleo Natal/RN. No parecer, o CMAS informa que foi*
1444 *formada uma Comissão específica para tratar da matéria. A referida Comissão fez duas visitas ao*
1445 *albergue e constatou-se que o mesmo funciona atendendo aos parâmetros do SUAS que normatiza*
1446 *a oferta de serviços assistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade. Após*
1447 *análise e discussão do material colhido, frutos de depoimento de alguns usuários, constatou-se que*
1448 *não houve qualquer referência relacionada às denúncias contidas no dossiê que originou ofício 85*

1449 de 2015, Presidência CNAS/MDS. Pauta da 243ª reunião ordinária de 17 à 19 de maio de 2016.
1450 Anexo. Pauta da reunião: Dia 16/05/2016 de 14h às 18h, reunião da Comissão de
1451 Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda. 17/05/2016, de 9h às 16h, reunião das
1452 Comissões, acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, financiamento e orçamento da
1453 assistência social, normas da assistência social, política de assistência social. De 16 às 19h,
1454 reunião da Presidência Ampliada. No dia 18, de 9h às 9h15, aprovação da ata da reunião, da 142ª
1455 reunião ordinária do CNAS da pauta da 243ª reunião ordinária. De 9h15 às 10h30, informes da
1456 Presidência/Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. De 10h30
1457 às 12h, relato da Comissão Eleitoral. De 14h às 15h, encaminhamentos da CIT. De 15h às 16,
1458 apresentação da SENARC, de 16h às 18h, apresentação do planejamento integrado global do
1459 CNAS. No dia 19/05/2016, de 9h às 10h, relato da Presidência Ampliada, de 10h às 11h, relato da
1460 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, de 11h às 12h, relato da
1461 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, de 14h às 15h30, relato da
1462 Comissão de Política da Assistência Social, de 15h30 às 17h, relato da Comissão de
1463 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, de 17h às 18h, relato da Comissão de
1464 Normas da Assistência Social. “A Vice – Presidente propõe a discussão do relato. O Conselheiro
1465 José Crus, o Conselheiro Anderson Lopes e a Vice-Presidente debatem sobre a resposta a ser dada
1466 ao FONACEAS pela carta enviada ao CNAS. A Conselheira Margareth Alves discorre sobre
1467 necessidade de ter uma fala em relação ao convite do item 8 e indica a Conselheira Jucileide para
1468 tanto. O Presidente Edivaldo Ramos informa que em relação ao item 8.2 fez contato com o
1469 CONADE com a finalidade de aumentar em mais duas vagas a participação do CNAS, no entanto
1470 até o momento ainda não teve retorno, mas sugere ao pleno que faça as indicações e aguarde. O
1471 Conselheiro Alceu Kuhn concorda e reforça e a mesma proposta do Presidente. A Vice – Presidente
1472 Léa Lúcia relembra que a Presidência Ampliada definiu que as duas vagas seriam para conselheiros
1473 residentes em Brasília – DF. O Conselheiro Anderson Lopes lembra o pleno que também estarão
1474 participando da Conferência, ele, o Conselheiro Samuel Rodrigues e a Conselheira Carmem Lúcia,
1475 mas não qualidade de representantes do CNAS, fato que não impede que se fortaleça a discussão. A
1476 Vice – Presidente Léa Lúcia propõe o seguinte **encaminhamento:** solicitar duas vagas, se aprovada
1477 a solicitação, haverá uma representação governamental e uma não governamental, no caso de
1478 apenas uma vaga, seria uma representação governamental; o Conselho encaminhará um e-mail a
1479 contendo a decisão das vagas a todos os Conselheiros residentes em Brasília para constatar a

1480 disponibilidade de agenda e de participação. O Conselheiro Samuel Rodrigues solicita o registro
1481 referente ao dia 17/05, que de 16h à 19h será realizada a reunião da Comissão de Ética, pois não
1482 consta no relato. A Vice-Presidente Léa Lúcia propõe que a discussão sobre a microcefalia que vem
1483 sendo discutida na Comissão de Política seja feita no pleno para que todos possa se envolver. O
1484 Conselheiro Anderson Lopes concorda com a proposta de uma vez que a discussão envolve o
1485 Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde. A Conselheira Mariana ratifica a
1486 proposta e coloca o Ministério da Saúde a disposição para os devidos esclarecimentos. A Vice –
1487 Presidente encerra a discussão do relato e passa para o Presidente Edivaldo Ramos a condução da
1488 Reunião, que solicita a leitura do relato de normas. **Item – Relato da Comissão de Normas.** A
1489 Conselheira Cláudia Laureth Faquinote – Representante da União Brasileira de Educação e Ensino
1490 faz a leitura do relato “*Confere a reunião ordinária nº 3 de 2016, realizada em 11/04/2016 das 9h*
1491 *às 16h na Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco F, ala A, sala 115. Conselheiros, e*
1492 *Conselheiras presentes: Cláudia Laureth Faquinote, Coordenadora, Alceu Kuhn, Léa Lúcia Cecílio*
1493 *Braga, Maria José de Freitas, Thiago Barbosa Ferreira Cabral. Ouvinte: Maria Silva Arielo*
1494 *Vebraeda, Secretaria-Executiva do CNAS: Rosângela da Silva Almeida, Douglas Amaro e Ezidênio*
1495 *Pereira. O item 1 da pauta, continuação da revisão do plano de ação da Comissão de Normas de*
1496 *Assistência Social: A Coordenadora da Comissão de Normas deu início a reunião saudando a*
1497 *todos e a todas, e justificando as ausências das Conselheiras Bárbara Campos, férias, Dulcinéia*
1498 *Reginato, compromissos institucionais, e Márcia Goes, situações de saúde. Em seguida, fez a*
1499 *leitura da pauta, e deu continuidade a reunião realizando a leitura do plano de ação. A Comissão*
1500 *validou as metas 1, 3, 4, e 5, validando também suas respectivas ações, estratégias,*
1501 *operacionalização, os Conselheiros de Referência, e os prazos para cada meta. A Comissão*
1502 *realizou a alteração na meta 2, onde lia-se, realizar estudos para subsidiar as instâncias de*
1503 *controle social da assistência social sobre o marco regulatório das organizações da sociedade*
1504 *civil. Validando e definindo também as estratégias, a operacionalização, os Conselheiros e*
1505 *Conselheiras de referência e o prazo da referida meta. Após a conclusão do plano de ação, a*
1506 *Comissão analisou o item 2 da pauta. O item 2 da pauta confere, outros assuntos. 2.1. Proposta*
1507 *vinda do encontro técnico para qualificação das relações institucionais nas ofertas do SUAS de*
1508 *criar uma Comissão especial para produzir material orientador às entidades e equipamentos que*
1509 *atuem atenção às pessoas com deficiência. Com base na Resolução CNAS, nº 34/2011, define a*
1510 *habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, e a promoção de sua integração a vida*

1511 *comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Encaminhamento: O*
1512 *CNAS aprovou a proposta e submeterá o assunto para discussão inicial em reunião conjunta no*
1513 *âmbito da Comissão de Normas e de Política. A Comissão de Normas recomenda a plenária,*
1514 *encaminhamentos, solicitar junto à Presidência Ampliada, uma reunião conjunta com a Comissão*
1515 *de Normas e de Política para o mês de julho de 2016 no período da manhã para alinhamento da*
1516 *pauta e da demanda recebida. Enviar convite ao CONADE para participação da reunião conjunta*
1517 *com as Comissões de Normas e de Política para o mês de julho de 2016 no período da tarde, 14h*
1518 *com o roteiro previamente definido entre as duas Comissões. Encaminhar para os integrantes da*
1519 *Comissão após plenárias de junho de 2016, a Resolução CNAS nº 34/2011 que define habilitação e*
1520 *reabilitação da pessoa com deficiência, e a promoção de sua integração a vida comunitária no*
1521 *campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Análises do ofício nº 24/2016/CEAS/Santa*
1522 *Catarina, recebido via e-mail em 23/03/2016 e trata de dúvidas em relação a lei de criação dos*
1523 *Conselhos Municipais. A Comissão de Normas recomenda à plenária estabelecer interlocução com*
1524 *a CNAS com identificação de orientações e Resoluções sobre a matéria para análise, entendimento*
1525 *e envio ao solicitante. Mapear, com o apoio das Secretaria-Executiva no âmbito do CNAS, as*
1526 *matérias acerca do tema, em diálogo com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.*
1527 *Apresentar o status da demanda na reunião de maio de 2016. 2.3. E-mail recebido em 30/03/2016*
1528 *na coordenação de normas do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis*
1529 *solicitando orientações e esclarecimentos referentes ao anexo 2º da Resolução 14/2014, onde*
1530 *consta que as entidades deverão escrever os serviços, projetos, programas e benefícios*
1531 *socioassistenciais nos Municípios onde executam as ações. A Comissão de Normas recomenda à*
1532 *plenária: Elaborar ofício resposta ao CMAS, apontando as normativas vigentes que orienta o*
1533 *processo das entidades e do seu conjunto de ofertas, em especial disposto no Decreto nº*
1534 *6;308/2007, e na Resolução CNAS nº 14/2014. Recomendar que o CMAS possa estreitar o seu*
1535 *diálogo com a entidade, com os órgãos gestores e com o CEAS Santa Catarina para melhor*
1536 *compreensão sobre esta situação assegurando comprometimento do atendimento aos usuários.*
1537 *Definição da pauta de maio de 2016: 1. Apresentação pelo departamento da rede socioassistencial*
1538 *privada do SUAS, DRSP/MDS do relatório anual 2015, com as informações sobre o processo de*
1539 *certificação de entidades de assistência social, conforme disposto no artigo 3º da Resolução CNAS*
1540 *nº 18/2011. Item 2. Apresentação pelo departamento da rede socioassistencial privada do SUAS,*
1541 *DRSP/MDS, do relatório trimestral 2016 com as informações sobre o processos de identificação de*

1542 *entidades de assistência social, conforme disposto no artigo 1 da Resolução CNAS, nº 18 de 2011.*
1543 *Item 3. Apresentar o status sobre a lei de criação dos Conselhos na reunião de maio, proposta de*
1544 *ofício resposta a ser enviado ao CEAS, Santa Catarina. Item 4. Iniciar o debate sobre a meta 2 do*
1545 *plano de ação da Comissão. meta 2. Subsidiar as instâncias de controle social da assistência social*
1546 *sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil. Cláudia Laureth Faquinote,*
1547 *Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social.” O Presidente Edivaldo Ramos abre*
1548 *para a discussão e aproveita para registrar o avanço do CNAS nessas discussões com a aprovação*
1549 *da resolução nº 34, mas alega que ainda não foi possível o avanço operacional da mesma. A*
1550 *Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles cita o ofício do Conselho de Santa Catarina que apresenta*
1551 *dúvidas quanto a lei de criação dos conselhos e indica a necessidade de uma pauta conjunta ente a*
1552 *Comissão de Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para realizarem a revisão da*
1553 *Resolução 237 de 2006 e articular junto aos conselhos, ao CONGEMAS e ao FONSEAS para que a*
1554 *lei de criação dos conselhos esteja atualizada nos termos da LOAS. A Conselheira Cláudia*
1555 *Faquinote confirma o interesse da Comissão de Normas na discussão. O Presidente Edivaldo Ramos*
1556 *relembra a duas comissões que existe um modelo proposto e pactuado pela CIT e que deve ser*
1557 *buscado por ocasião da discussão, na sequência encerra o relato por não haver mais destaques e*
1558 *solicita a leitura do próximo relato. **Item – Relato da Comissão de Acompanhamento aos***
1559 **Conselhos.** Aldenora Gomes Gonzalez - Representante do Instituto Ecovida realiza a leitura:
1560 *“Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Reunião 003/2015, data:*
1561 *11/04/2016 de 9h às 12, na Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco F, ala A, sala 119.*
1562 *Conselheiros presentes: Solange Teixeira, Coordenadora, Maria Lúcia Marquin, Coordenadora*
1563 *adjunta, Leovane Gregório, Aldenora Gonzalez, Carlos Nambo. Convidados: Ironi Camargo,*
1564 *SNAS, André Santos, SNAS, Secretaria-Executiva do CNAS: Celda Chaves, Lilian Guedes, Josué*
1565 *Santos. Ponto 1 da memória: Finalizar a discussão do plano de ação da Comissão de*
1566 *Acompanhamento aos Conselhos na operacionalização responsáveis, prazos, acompanhamento,*
1567 *status e observações. Dando continuidade aos trabalhos no que se refere às análises e discussões*
1568 *do plano de ação, foi finalizada as questões referentes a operacionalização, acompanhamento e*
1569 *prazo. A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos se responsabilizou pela operacionalização*
1570 *e acompanhamento das ações, destacando as ações prioritárias, bem como indicando as ações que*
1571 *tem participação de outras Comissões Temáticas conforme plano integrado do CNAS a saber.*
1572 *Tema integrador: Política de comunicação social do CNAS. Comissão de Acompanhamento ao*

1573 Conselho, ação 7.1. Elaborar estratégia de comunicação com os Conselheiros Estaduais, em
1574 linguagem acessível. Tema gerador, integrador: Fortalecer a relação com os Conselhos Estaduais,
1575 Municipais e DF. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, ação 1.1. Articular junto aos
1576 Conselhos, aos CONGEMAS e ao FONSEAS para que a lei de criação dos Conselhos seja
1577 atualizada nos termos da LOAS. Tema integrador: Educação permanente, CAC, ação 4.1. Propor
1578 instrumentos para acompanhar e avaliar capacitação permanente dos Conselheiros da assistência
1579 social, de acordo com o PINEP SUAS, Resolução 04 de 2013. Tema integrador: A relação Inter
1580 Conselhos, CAC, ação 6.1. Orientar aos CAS para que estabeleçam articulações permanentes com
1581 os Conselhos de setoriais e de direitos. 2º ponto. Elaboração da programação e discussão da
1582 metodologia dos trabalhos, das reuniões regionais/2016. A Coordenadora da Comissão, Solange
1583 Teixeira e os demais Conselheiros presentes na reunião, ponderaram e sugeriram levar a proposta
1584 de alteração das datas das reuniões regionais em razão do pouco tempo até a reunião regional,
1585 Sul, Sudeste e a posse dos novos Conselheiros no dia 7/06. Também discutiu-se que a metodologia
1586 deverá ser proposta a partir do tema que será tratado nas reuniões. Considerando que essa
1587 atividade já estaria sob responsabilidade dos novos Conselheiros. Encaminhamento: A proposta
1588 será encaminhada e discutida na Presidência Ampliada. Item 3. Definir a pauta da reunião de maio
1589 2016. 3.1. Validar o plano de ação da CAC, os prazos e as ações integradoras. 3.2. Conhecer e
1590 validar minutas de orientação aos Conselhos para acesso a esses temas que tratam a ação 5.1. 3.3.
1591 Conhecer a proposta de tema e programação das reuniões regionais após discussão da Presidência
1592 Ampliada. 4. Outros assuntos. Solange Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento
1593 aos Conselhos de Assistência Social.” O Presidente Edivaldo Ramos abre o relato para discussão do
1594 pleno e pede autorização a comissão para que os itens relacionados as ações integradoras sejam
1595 levados a Presidência Ampliada de uma vez que no início de maio será realizada uma ação com
1596 apoio do James da SPO. O Presidente Edivaldo Ramos encerra o relato por não haver mais
1597 destaques e solicita a leitura do manifesto pela Conselheira Eufrásia Agizzio. **Item – Leitura do**
1598 **Manifesto da representação dos Usuários do CNAS.** A Conselheira Eufrásia Agizzio -
1599 Representante da Associação Brasileira de Autismo faz a leitura “Considerando a lei nº 13146 de 6
1600 de julho de 2015. Lei brasileira de inclusão, no artigo 1º que assegura e promove as condições de
1601 igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência,
1602 visando a sua inclusão social e cidadania. Considerando que a Organização das Nações Unidas,
1603 ONU. Estima a existência de mais de 70 milhões de pessoas com autismo, considerando que o dia 2

1604 *de abril foi instituído pela ONU como dia mundial de conscientização da pessoa com autismo e que*
1605 *tem por objetivo promover ações de sensibilização da sociedade sobre a síndrome, considerando a*
1606 *representação dos usuários com deficiência do Conselho, o Conselho Nacional de Assistência*
1607 *Social, na sua 242ª reunião do dia 13 de abril de 2016, manifesta por meio de nota pública a sua*
1608 *homenagem ao dia mundial de conscientização do autismo pela sua importância da data, e*
1609 *corroborar com a determinação no artigo 4º. Toda pessoa com deficiência, tem direito a igualdade*
1610 *de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.” O*
1611 *Conselheiro Alceu Kuhn, o Presidente Edivaldo Ramos e Conselheira Denise sugerem alterações de*
1612 *forma, mas não de conteúdo, portanto o pleno aprova o manifesto e solicita a leitura da nota da*
1613 **FENAS. Item – Leitura da Nota da Federação Nacional dos Assistentes Sociais.** A Conselheira
1614 *Margareth Alves Dallaruvera - Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais*
1615 *procede a leitura: “Nota da Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Joga pedra na Geli. A*
1616 *música Geli, e o Zepelin de Chico Buarque, é um clássico do repertório do autor que sempre se*
1617 *declarou ativista do campo social crítico, composta em 1978. Momento em que o país vivenciava os*
1618 *tenebrosos anos de chumbo no marco da autocracia burguesa. Porém, a música parece*
1619 *extremamente atual, em função do momento histórico que vivemos com nítidas semelhanças e*
1620 *algumas particularidades em relação às páginas infelizes da nossa história. O refrão da canção:*
1621 *Ela é feita para apanhar, ela é boa de cuspir, demonstra a hostilidade e o falso moralismo que a*
1622 *personagem enfrentava em uma sociedade saturada de preconceitos, incapaz de conviver*
1623 *pacificamente com o diferente. Essa é a mesma realidade que se manifesta nesses dias bárbaros,*
1624 *onde forças obscuras e reacionárias se reatualizam, evocam princípios que destoam do projeto*
1625 *ético político dos assistentes sociais, com valores que reforçam a intolerância generalizada e*
1626 *destilamento do ódio contra a parcela da sociedade historicamente cuida das riquezas socialmente*
1627 *produzidas. Então, verde e amarelo, cresce o horror a quem veste vermelho, às mulheres, aos*
1628 *nordestinos, aos negros e negras, à comunidade LGBT, à população polperizada, ao campo*
1629 *resinado, e aos movimentos sociais de maior densidade política. Nas palavras de Chico, de tudo o*
1630 *que é negro torto, do mangue do Cais do Porto. Para esses, certamente não faltarão pedras,*
1631 *avança também, o antipetismo declarado como se essa sigla partidária significasse a origem da*
1632 *corrupção e graça, no Brasil desde o seu nascedouro, e que dadas as condições técnicas*
1633 *operacionais atuais da polícia federal poderem ser emendadas sem risco de engavetamento. Não*
1634 *obstante, há muito tempo, registrou-se conquistas sociais históricas com a saída do país do mapa*

1635 *da fome, e a isenção social das camadas populares, obra deste mesmo governo, e deste mesmo*
1636 *partido, aplaudido, multidão vai com ele, vai Genir, você pode nos salvar, que agora buscam*
1637 *desmoralizar e jogar no lixo, uma história. Porém, o golpe em curso, nem de longe pode ser*
1638 *interpretado como uma tentativa de limpeza ética sobre a nova república. Isso porque reúne em*
1639 *bloco, a ala mais atrasada da política brasileira, constituída pela pancada BBB, Boi, Bala e Bebê.*
1640 *Como bem traduziu o Juremir Machado, é uma direita corrupta desde 1.500, tripudiando e se*
1641 *fazendo de honesta, rouba junto, mas pune sozinha, nunca reclama do mar de lama da ditadura.*
1642 *Passada poucas décadas após a redemocratização do país, assiste-se uma ameaça concreta de*
1643 *destruição do Estado Democrático de Direitos, com mensuráveis rebatimentos nas conquistas*
1644 *sociais editadas na constituição cidadã, mais ainda e conclusas do ponto de vista prático. Todavia,*
1645 *o traço distintivo do presente, parece, portanto, ser que o golpe não será tomado de assalto como*
1646 *foi em 1964. Pelo contrário, se fará travestido de uma pseudodemocracia incendiada pelo*
1647 *combustível midiático, e pela diferença de alguns que da arquibancada contemplam a imersão do*
1648 *monstro da lagoa, como aludiu novamente Chico em Cálice. Além disso, seus protagonistas não*
1649 *serão mais o agente do aparelho repressão do Estado que usavam farda, mas sim, os que*
1650 *distinguem pelo método da toga. Dessa forma, corremos o risco concreto de em três décadas*
1651 *transitar de um golpe civil militar para o golpe jurídico midiático, intercalado por uma democracia*
1652 *que agoniza em nome de um projeto societário defendido por um enorme Zepelin aqui*
1653 *caracterizado pela direita fascista, reacionária e golpista. Essa contra ofensiva, e senso, não pode*
1654 *passar a ser resistência. Por isso, a FENAS, conclama os assistentes sociais a se somarem a todas*
1655 *as forças organizadas, situadas no campo crítico democrático para ater os ataques selvagens da*
1656 *direita. Até que seja definitivamente reforçado, o sufrágio universal e a democracia prontamente*
1657 *reestabelecida. Rio de Janeiro, 22 de março de 2016, Federação Nacional dos Assistentes Sociais.”*
1658 As Conselheiras Maria Leilane, Patrícia Alves, Célia Maria, a Vice – Presidente Léa Lúcia, o
1659 Conselheiro José Crus e o Presidente Edivaldo Ramos parabenizam o trabalho da FENAS na
1660 elaboração da nota e sugerem que essa nota seja publicizada pelo CNAS em seu site e também
1661 enviada em seu mailing institucional. A Conselheira Margareth Alves agradece o reconhecimento
1662 do pleno. O Presidente Edivaldo Ramos solicita a leitura do manifesto do Fórum Nacional dos
1663 Usuários do SUAS. **Item – Leitura do Manifesto do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS.** A
1664 Conselheira Aldenora Gomes Gonzalez - Representante do Instituto Ecovida faz a leitura do
1665 manifesto “O Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, Sistema Único de Assistência Social, que

1666 *representa 60 milhões de usuários beneficiários da política pública de assistência social, vem*
1667 *publicamente expressar indignação aos recentes ataques a democracia e aos avanços sociais*
1668 *duramente conquistados pela população brasileira nos últimos anos. Temos vivenciado um*
1669 *crescente conservadorismo que coloca em risco, não só os direitos sociais, mas a democracia,*
1670 *todos os acontecimentos que estamos observando, evidencia o Estado de golpe, onde as liberdades*
1671 *individuais e coletivas, estão sobre forte risco. Os usuários das políticas públicas sabe o que é ter*
1672 *vivido anos na invisibilidade, e agora sabe o que é ter voz, visibilidade, e mais importante, ser*
1673 *sujeitos de direitos. Os usuários sabem o quanto foi difícil conquistar seu espaço na sociedade,*
1674 *lutamos muito por isto e não queremos nada menos. Nós usuários, reconhecemos o sistema de*
1675 *proteção social e as políticas públicas que o compõe, como assistência social, a transferência de*
1676 *renda e tantas outras, como responsável pela sobrevivência e autonomia e protagonismo de*
1677 *milhões de indivíduos e famílias em situação de pobreza. Reconhecemos que essas políticas se*
1678 *consolidam para redução das desigualdades em particular de povos indígenas, comunidades*
1679 *tradicionais, população em situação de rua e pessoas com deficiência, reconhecemos que para*
1680 *além de diminuir os índices de pobreza, são decisivas para garantir autonomia, dignidade,*
1681 *empoderamento, geração de renda, possibilitar o acesso, inserção a outros serviços sociais,*
1682 *reconhecemos que a corrupção perpassa as nossas instituições e partidos, e precisamos nos*
1683 *manifestar contrários e lutar pela punição de culpados comprovados. Reconhecemos também que o*
1684 *Sistema Único de Assistência Social, o SUAS que temos ainda está distante do SUAS que queremos,*
1685 *e que a população brasileira espera e precisa, mas é um avanço, e é inegável, e precisa ser*
1686 *consolidado com recurso, gestão e controle social. Tudo isso está ameaçado se houver o golpe que*
1687 *está armado e escondido nas sombras das articulações que se manifestam no impeachment da*
1688 *Presidente Dilma e outros abusos que são cometidos a exemplo do Deputado Eduardo Cunha. É*
1689 *preciso unir nossas vozes a todas as outras vozes das pessoas, instituições, fóruns, movimentos*
1690 *sociais, e lutar para não permitir a perda dos avanços duramente conquistados nas lutas sociais e*
1691 *populares que mudou e continua mudando as nossas vidas, e de tantos cidadãos e cidadãs, a luta*
1692 *de todos nós. Nesta conjuntura, nós usuários do SUAS, decidimos e chamamos todos a respeitar a*
1693 *Constituição Federal, defender o exercício pleno das instituições democráticas, repudiar qualquer*
1694 *forma de corrupção, repudiar golpe sobre a forma de julgamento no campo da política e não no*
1695 *campo da justiça. Condenar golpes midiáticos pela grande e parcial mídia, colocando em cheque,*
1696 *o processo eleitoral democrático sempre parcial pela direita conservadora que leve ao retrocesso*

1697 *da política que é conquistada. Defender os direitos sociais e o sistema de proteção social*
1698 *brasileiro. Viva a democracia, viva a liberdade, viva o SUAS. E não ao golpe.”* O Presidente
1699 Edivaldo Ramos, a Vice – Presidente Léa Lúcia, a Conselheira Maria Leilane e a Conselheira
1700 Margareth parabenizam o trabalho realizado pelo fórum e destacam os importantes avanços que os
1701 usuários tem alcançado por meio do seu processo de organização e representação. O Coordenador
1702 do Fórum Estadual dos Usuários do SUAS de São Paulo, o Sr. Daniel agradece em nome de todos
1703 os usuários o trabalho que o CNAS vem desempenhando em prol da participação social e agradece
1704 a conselheira Aldenora pela criação do Fórum. A Conselheira Aldenora enfatiza a importância e a
1705 relevância do trabalho do Fórum Nacional o qual tem por objetivo apenas garantir aquilo que é de
1706 direito do usuário e cita que em um ano e meio e foi possível se criar vinte e três fóruns estaduais e
1707 sete fóruns de capitais. O Presidente Edivaldo Ramos agradece a Conselheira Aldenora e submete
1708 ao pleno o manifesto, o mesmo é aprovado. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o
1709 Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
1710 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a
1711 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de treze de abril de dois mil e dezesseis.